

ESTUDO SOCIOECONÔMICO SOBRE AS TERRAS E POVOS INDÍGENAS
SITUADOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO AHE DARDANELOS, NO RIO
ARIPUANÃ



DIAGNÓSTICO, AVALIAÇÃO DE IMPACTOS E RECOMENDAÇÕES
TERRAS INDÍGENAS *ARIPUANÃ, SERRA MORENA E ARARA DO RIO*
BRANCO

Gilberto Azanha

Novembro de 2004

I. DIAGNÓSTICO

I.1 Terras Indígenas Aripuanã e Serra Morena (Povo Indígena Cinta Larga)

1.1 Dados Gerais

Os índios conhecidos como *Cinta Larga* foram assim chamados pelos primeiros invasores dos seus territórios por ostentarem uma espécie de cinturão, feitos de entrecasca de uma árvore (o tauari). Este nome foi posteriormente adotado pela Funai. Parecem que não possuem nenhuma autodenominação ou etnônimo. Na realidade, os grupos indígenas a quem chamamos “Cinta “Larga” se distinguem em três subgrupos nominados e que ocupavam então (isto é, antes do contato como os postos da Funai) territórios exclusivos: os Kabã (sem subdivisões), Kakin (com algumas subdivisões) e Mam (com várias subdivisões: Dal Poz, 1991).

“O nome Cinta Larga tem sido usado para designar um conjunto de grupos indígenas caçadores, habitantes das terras que se estendem do leste de Rondônia ao noroeste do Mato Grosso. Eles são de fato grupos distintos que se auto-denominam Kabã, Kakin e Mã e que têm língua e cultura semelhante (Junqueira, 1985: 2 - *in* Processo Funai nº 4982/78, fls. 340).

Falam uma língua do tronco Tupi, da família conhecida como Tupi-Mondé, a qual compartilham, com pequenas variações, com seus vizinhos Gavião, Suruí-Painter e Zoró. Como estes povos, os grupos Cinta Larga tinham na caça sua principal atividade de subsistência, combinada com uma pequena agricultura de tubérculos (carás, mandioca e inhame) e milho – atividade claramente depreciada frente àquela da caça. As roças tradicionais eram “sujas”, pois os homens não se davam ao trabalho de limpá-las com capinas, dificultando o trabalho (feminino) de colheita. Quando as áreas propícias ao redor de uma aldeia se esgotavam, mudava-se seu local. Por conta disso, precisavam dispor de um território amplo e por vezes entravam em conflito com outros subgrupos ou povos em disputa por áreas de caça e pesca.

O território ocupado pelos Cinta Larga até o final dos anos 1950 compreendia as bacias dos rios Rooveselt (a oeste), Juruena (a leste), Branco-Guariba (ao norte, até o paralelo 10) e Iquê, 12 de Outubro e Juína, ao sul (Junqueira, *idem*:12). Este território limitava-se, ao sul e oeste, com aqueles dos índios Enauenê-Nawê e Nambiquara; Erikbatsá (a leste) e ao norte com os Surui e Zoró. Em tempos passados, os grupos Cinta Larga viviam em guerra permanente com estes povos indígenas, originadas por disputas territoriais e/ou por vinganças de mortes anteriores.

Atualmente a população Cinta Larga se distribui por **33 aldeamentos** localizados nas Terras Indígenas Serra Morena (04 aldeias), Aripuanã (09 aldeias), Parque do Aripuanã (07 aldeias) e Roosevelt (05 aldeias). Estas terras somadas totalizam cerca de 2,8 milhões de hectares situados no leste de Rondônia e no noroeste de Mato Grosso. Sua população atual é de 1.290 pessoas, segundo dados da Administração Regional da Funai em Cacoal (RO).

1.2 História do Contato

A primeira notícia sobre os Cinta Larga foi dada pela Comissão Rondon em maio de 1915, pela turma de exploração do rio Ananaz, que corta a atual Terra Indígena Parque do Aripuanã (PQARI). Estes índios atacaram um acampamento desta turma no rio Perdidos, matando o tenente Marques de Sousa e um ajudante. Na década seguinte, em 1928, uma expedição punitiva organizada pelo seringueiro peruano Alejandro Lopes (que dominava o vale do Aripuanã) e chefiada por Julio Torres matou todos os índios habitantes de uma aldeia no rio Aripuanã a quem se referiam como “iamê” (*yamen* é uma forma usual de tratamento entre os Cinta Larga).

A partir dos anos 1950, inicia-se uma verdadeira guerra contra os Cinta Larga e vários conflitos ocorrem entre seringueiros e garimpeiros que insistiam em invadir os territórios ocupados por aqueles índios, sobretudo depois da abertura da BR-364, no início dos anos 1960. Núcleos urbanos que se expandiram ao redor das estações telegráficas (como Vilhena, Pimenta Bueno e Três Buritis) começariam a servir de ponto de apoio para a abertura de novos seringais e de garimpos de ouro e diamante nos limites dos territórios Cinta Larga para incursões nestes territórios.

A resistência destes índios ao avanço das frentes de expansão serviu de motivo para a organização de equipes privadas de ataque às malocas indígenas. A mais notória destas expedições foram as organizadas pela firma Arruda & Junqueira: em um ataque a uma maloca Cinta larga, despejaram alimentos envenenados e roupas supostamente contaminadas; depois de alguns dias, uma equipe invadiu a mesma aldeia liquidando seus habitantes. Este crime foi conhecido depois (quando um integrante da expedição resolveu denunciar o episódio) como o “crime do paralelo 11” e teve repercussão mundial – e as críticas feitas ao Governo brasileiro e sua política indigenista e de expansão de fronteiras internas “a qualquer preço” apareceram na imprensa

internacional. Afora esta, outras expedições de assalto a malocas Cinta Larga foram registradas em 1958, 1959, 1960 e 1962 (Junqueira, 1983; Dal Poz, 2003).

A década de 1960 continuou a registrar conflitos entre os Cinta Larga das cabeceiras dos rios Branco e Guariba e seringueiros e garimpeiros, sobretudo nas bacias dos rios Guariba e Ouro Preto, na bacia do Aripuanã.

“Em inícios dos anos 1970 a Funai inicia a atração de vários grupos Cinta Larga já atingidos pela cobiça e contato indiscriminado. As grandes epidemias, a alta mortalidade e a violência da ocupação (de seus territórios) marcaram o segundo round (do contato). Francisco Meireles adverte para que juntamente com a atração, sejam iniciados os trabalhos de demarcação e acompanhamento (relatório de 13-01-1969). Entretanto os interesses desenvolvimentistas têm dado golpes fatais (...): núcleos colonizadores (como Juína e Aripuanã), estradas, migração descontrolada e intensa, usinas hidrelétricas, mineradoras, madeireiras (...). Os trabalhos de atração se intensificavam e os índios, desnorteados, vêm à beira das estradas e para as vilas para, com as suas últimas forças ‘se entregarem e se estragarem’. (...) Não uma única família onde a morte recente não tenha grassado.(...) Vários grupos se dispersaram para poderem sobreviver. Um grande grupo dos Kabã, observando a movimentação no ‘garimpo 21’ (...) se aproximou da Serra Morena, local onde posteriormente (1970) a Funai montaria um Posto (de Atração ou PIA). Outros grupos seguiram para os rios Roosevelt e Capitão Cardoso, mantendo relativo isolamento. Os grandes grupos Cinta Larga dos rios Branco e Guariba quando em 1974 (surgiram) pacificamente em Aripuanã (com a intenção de ‘atrair’ sua rarefeita população) foram surpreendidos pela ‘morte que estava no ar’ (a gripe). Não houve atendimento (...) e dos 69 Cinta Larga (que ali estiveram), apenas 31 retornaram às suas aldeias levando a gripe – 38 morreram em Aripuanã e imediações”. (Maria Inês Hargreaves, in Processo Funai 4982/78, fls 404).

Esta incursão de um grupo tão numeroso dos temido Cinta Larga foi documentada pelo jornalista Mário Chimanovich para o jornal “O Estado de São Paulo” (edição do dia 15 de janeiro de 1974). No ano anterior, os Cinta larga haviam deixado presentes (flechas, colares, vasilhas de barro) para uma equipe do INPA que realizava pesquisa botânica na margem esquerda do rio Aripuanã, perto da Estação Humboldt , em frente as cachoeiras de Dardanelos e Andorinhas. No dia 11 de janeiro de 1974 três chefes Cinta Larga, com suas mulheres e crianças, adentraram na vila de Aripuanã presenteando os seus atônitos moradores com presentes, na tentativa de “amansá-los” e

de receber em troca ferramentas, remédios e roupas. Em junho deste mesmo ano, um novo grupo, agora bem maior, composto por 69 índios, retorna à vila com intenções pacificadoras e tentando obter instrumentos de ferro e remédios. Nas palavras do jornalista, são “dilapidados de seus pertences pela população da vila, que os obtém em troca de qualquer bugiganga, inclusive um penico que servia de prato a um esfomeado índio”.

Anteriormente, outra tentativa de pacificação dos invasores havia sido tentada pelos Cinta Larga, agora no limite sudoeste dos seus territórios. Em fevereiro de 1965, cerca de 60 índios acamparam nas imediações da antiga estação telegráfica de Vilhena, onde trocaram presentes com os moradores. Avisado (via rádio-telegrafo) da presença dos índios, o responsável pelo destacamento da FAB localizado a poucos quilômetros da estação mandou um caminhão carregado de mantimentos e roupas velhas, além de um certo número de curiosos. Os índios, tranqüilos, permaneceram na antiga estação até a madrugada, se retirando paulatinamente em pequenos grupos. Em maio de 1966, novamente cerca de vinte índios Cinta Larga (com apenas uma mulher presente) visitariam a localidade, utilizando-se da picada da linha telegráfica para chegarem ao local. Foram recebidos amistosamente pela família do radiotelegrafista e mais dois trabalhadores do 5º Batalhão de Engenharia do Exército. Novamente avisados, um caminhão do 5ºBEC com curiosos dirigiu-se ao local; mas já perto da estação, um disparo acidental de um destes curiosos, provocou a imediata reação dos índios, que flecharam mortalmente um trabalhador do 5º BEC e feriram outro e a filha do radiotelegrafista. Esta reagiu com tiros de espingarda e, com a proximidade do caminhão, os índios fugiram (ISA, 2003: 4).

Outro entrevero, em dezembro de 1971, no recém criado PIA Roosevelt (instalado em antigo barracão de garimpeiros) redundou na morte dos dois funcionários da Funai que ali se encontravam, com os índios incendiando as instalações. Mais tarde soube-se (pela narração dos índios que efetuaram o ataque) que assim agiram para vingar a morte por envenenamento de vários dos seus por um garimpeiro (que teria posto veneno no cocho de fazer *chicha* durante uma festa em uma aldeia). Na verdade as mortes eram produto da epidemia de gripe que já se espalhava pelas aldeias; porém, como desconheciam a moléstia, atribuíram-na ao “veneno do branco” (ISA, idem: ibidem). Um ano depois (dezembro de 1972), cinco jovens Cinta Larga voltariam àquele Posto, pacificamente; no ano seguinte, um grupo bem mais numeroso chegaria ali, desarmados, oferecendo e recebendo presentes. Neste último encontro já demonstravam

querer estabelecer relações duradouras com os *zarey* (“brancos”), pois ofereceram insistentemente duas mulheres para casamento aos dois funcionários da Funai ali presentes, visando estabelecer relações de aliança matrimonial, condição Cinta Larga para o estabelecimento de relações pacíficas com grupos estranhos.

Entretanto, mesmo “pacificando”, do seu ponto de vista, os “brancos”, as epidemias pós-contato (sobretudo de gripe e sarampo) tiveram um efeito devastador sobre a população Cinta Larga. Carmem Junqueira estima a população Cinta Larga antes do contato (1959) cerca de dois mil índios; em 1981, essa população estava reduzida a 347 índios conhecidos, afora algumas malocas então (1982), não recenseadas, e localizadas nos rios Capitão Cardoso, Eugênia e Tenente Marques.

Depois dos contatos iniciais antes narrados, os Cinta Larga passariam a freqüentar com constância a vila de Aripuanã, onde alguns grupos chegavam a passar dois a três meses hospedados no núcleo Humboldt. E também o garimpo da mineradora americana Ancon Mining no rio Preto, no centro do território Cinta Larga do Aripuanã e ainda o campo de pouso da fazenda Rancho Grande, às margens do Guariba (Equipe da Pastoral Indigenista de Ji-Paraná, 1981 – *in*: Processo Funai 4982/78, fls 104).

Em meados dos anos 1970, a Funai começaria a intensificar sua presença na área, interditando e iniciando o processo de reconhecimento das terras Cinta Larga ao mesmo tempo em que instalaria seus Postos de assistência, desalojando os invasores e utilizando as antigas estruturas do garimpo Ouro Preto e outras. Com a abertura destes Postos (os PIAs Roosevelt e Serra Morena e os PIs Rio Preto e 14 de Abril), os Cinta Larga passariam a re-organizar suas aldeias, fixando-as nas imediações dos Postos para receberem remédios e as tão cobiçadas ferramentas de metal – um dos motivos da guerra que deflagraram em anos anteriores contra moradias de seringueiros, estações telegráficas ou garimpos.

Passadas menos de uma década de relativa paz, a partir de meados de 1987 o assédio aos recursos naturais, do solo e do subsolo, das terras Cinta Larga por garimpeiros e madeireiros é retomado, agora com o incentivo de funcionários da Funai - e com a cobertura dos altos escalões da sede do órgão em Brasília. Este “novos tempos” passam a se definir mediante a figura de um “contrato” com os chefes indígenas em troca da cessão de mercadorias supérfluas, caminhonetes e dinheiro vivo - resultante da participação nos “resultados” do garimpo e da madeira – “contrato” este que, pretensamente, “respaldaria” as invasões e seus atos ilícitos.

Desde então e até os dias de hoje, com maior ou menor ímpeto ao longo destes quase vinte anos, o patrimônio natural Cinta Larga foi sendo sistematicamente dilapidado por terceiros em troca, não mais de ferramentas agrícolas, mas de casas na cidade, caminhonetes, aparelhos domésticos - bens cuja posse, nestes “novos tempos” tornaram-se a principal fonte de prestígio para o “chefe de aldeia” - e apresentando-se nitidamente como o substituto ideológico do prestígio da caça enquanto atividade masculina principal.

1.3 População Atual e sua distribuição por Terra Indígena(*)

Terras Indígenas	Postos Indígenas	Aldeias	População
Roosevelt	Roosevelt, Cap. Cardoso e 14 de Abril	Azumba, Cezar, Pio, Sapecado, Tatarezão, Jacinto, Tonhão, 14 de Abril, Valdo, Mambeá e Tanai.	436
Parque Aripuanã – PQARI	Tenente Marques e Serra Morena	Central, João, Geraldo, Vicente, Rio Eugênia, 21, Capivara, Usina.	445
Aripuanã	Flor do Prado e Rio Preto	Sede Flor do Prado, Cachoeirinha Mineiro, Sede Rio Preto, Taquaral, Bananal, Ipê, Flor da Selva e Paralelo 10	285
Serra Morena	Serra Morena	Sede, Furquim, Rio Seco, Cafezal e Cácia	124
TOTAL			1.290

(*) Segundo dados fornecidos pela administração regional da Funai em Cacoal.

1.4 Organização social e política

Mesmo nestes “novos tempos”, os Cinta Larga quando falam de si próprios mantêm a classificação dos subgrupos *Kabã*, *Mâm* e *Kakin* – apesar de enfatizarem que este último “está quase acabando”. Conforme explicou Naki (chefe da aldeia Bananal), antes os *Kakin* eram muitos e guerreavam contra os *Kabã* e *Mâm* que acabaram por se unirem para atacar os *Kakin*, “por isso são tão poucos hoje”. Nos nomes portugueses que usam, algumas pessoas Cinta Larga usam o nome do subgrupo como sobrenome (Maria Kakin, Naki Kabã etc.)

“É provável que, anteriormente, houvesse maior nitidez na distribuição demográfica destas divisões: os *Kabã* ao norte, na região dos rios Branco e Vermelho; os *Mânderey* no meio (do curso do Roosevelt), e os *Mâmjiwáp* nas cabeceiras dos rios Tenente Marques e Eugênia” (Dal Poz, idem: 5). “Nos rios Guariba, Branco e Aripuanã está o grupo Kabã, nas demais áreas os subgrupos Mã: MãDut, MãGap e MãGuip. O grupo Kakin, bastante reduzido, tem membros dispersos por essas áreas, com alguma concentração no rio Capitão Cardoso” (Junqueira, idem: 13). O pertencimento a estes grupos é dado por linha paterna (de pai para filho). Dada as características das concepções nativas sobre a fecundação, um indivíduo pode alegar dupla filiação (porque sua mãe teve relações sexuais com homens de grupos diferentes durante a sua gestação e, portanto, é considerado também “pai”); mas transmitirá a seus filhos apenas uma divisa, que é aquela ao qual pertence o marido da sua mãe (Dal Poz, idem: 6).

Estes grupos mantêm relações formais de trocas entre si, sobretudo matrimoniais, relações estas que possuem “(...) a propriedade de criar amigos e fazer inimigos” (Junqueira, idem: ib). A distribuição dos grupos, portanto, não é aleatória, mas produto da rede de alianças e da política interna, “o uso da distância funciona(ndo) como regulador do equilíbrio e, de certa forma, como regulador da paz inter-grupal” (idem:ib.). Tais observações são importantes porque, após a instalação dos Postos da Funai, alguns grupos foram induzidos a re-localizações sem levar em conta essa trama interna, causando inúmeros conflitos – já não por disputas territoriais mas, no início da instalação dos Postos, pela “exclusividade” dos serviços assistenciais.

Nos “tempos modernos”, estas mesmas disputas giram ainda em torno dos antigos territórios de caça e coleta tidos como exclusivos de determinados grupos (e da rede de permissões que as alianças propiciavam); só que seu “objeto” mudou: hoje ocorrem em torno do poder de decidirem sobre sua exploração por terceiros. Neste

contesto, surpreendemos Naki (*Kabã*, líder da aldeia Bananal) alertando um funcionário da Funai que “não estava gostando” de ver João Cakoren (líder da aldeia Flor da Selva, mas igualmente *Kabã*) permitir que funcionários de uma madeireira, com a qual este último mantém contrato, “invadir” o que considera ser território (solicitava a intermediação da Funai para resolver pacificamente a disputa; mas se isso não fosse feito, ele agiria “como antigamente”). Outro exemplo é a “proibição” dos Mâm do Roosevelt que impede que outros grupos coloquem máquinas (próprias ou de terceiros em seu nome) no garimpo de diamantes naquela região (indivíduos Cinta Larga podem, no entanto, trabalhar na lavra *para* os grupos Mam do Roosevelt).

A característica de pulverização e descentralização política das unidades sociais locais (maloca ou, hoje, “aldeia”) é decorrente da estrutura social Cinta Larga (e, generalizando, Tupi) e da independência econômica que essa mesma estrutura propicia às unidades familiares. Dado este quadro, uma aldeia é o lugar onde se aglutina um conjunto de parentes (consangüíneos e afins) tendo por pólo aglutinador um homem de prestígio, um *zápiway* (“dono da casa” - era assim chamado porque antes a casa era comunal, uma “maloca” e não um conjunto de casas, como hoje). O papel de liderança assumido por este homem advém da sua qualidade em manter coesa (e satisfeita) a sua unidade familiar, *locus* privilegiado da vida social Cinta Larga. Isto quer dizer que a unidade familiar coincide com o grupo local, característica típica de muitos grupos indígenas da Amazônia.

Em uma aldeia Cinta Larga atual vivem o “dono da casa”, suas mulheres (a poliginia é largamente praticada entre os Cinta Larga, sobretudo a sororal – isto é, irmãs, classificatórias ou reais, esposando um mesmo homem), seus filhos casados e noras, filhos e filhas solteiros, por vezes algum de seus irmãos reais e família. Esta unidade, auto-suficiente do ponto de vista da sua subsistência - mas não da sua reprodução, já que o grupo local (“aldeia”) é por definição exógamo - está fundada na divisão sexual do trabalho (que determina atividades exclusivas, porém complementares, para os homens e para as mulheres), à qual reserva, do ponto de vista ideológico, o lugar do homem como provedor e defensor unidade doméstica local e o da mulher como o móvel da sua reprodutora. Nestas circunstâncias, a mulher é sempre um foco de tensão, porque é o móvel dos arranjos políticos-matrimoniais *externos* necessários à reprodução das unidades familiares. Isto seria reforçado ademais pela terminologia de parentesco Cinta larga, que prescreve como esposa preferencial a “filha da irmã” (real ou classificatória)

ou a prima cruzada patrilateral (filha da irmã do pai) de um dado indivíduo (Fausto, 1995:68-69), fatos este que imporiam a exogamia do grupo local.

A poligamia, por outro lado, não é exclusiva dos “donos de casas” e os arranjos matrimoniais possíveis permitem uma série de alternativas, mas não é um processo livre ou que se dá ao acaso. Ao contrário, são o produto de arranjos já determinados por alianças realizados nas gerações anteriores – e o seu rompimento sempre causa muita discussão e desavenças entre os grupos. Assim, a troca concertada de mulheres se manifesta como índice de uma convivência pacífica entre os grupos e reforçada pelos convites para as festas entre os grupos aliados. O contrário desta troca é o “roubo de mulher”, praticado por jovens que, por livre iniciativa, “fogem” para poderem viver juntos sem obedecer ao arranjo anteriormente estabelecido. Em tais circunstâncias, as discussões sobre quem é o culpado (e defesa dos “fujões” pelos grupos aos quais pertencem) pode por em risco antigas relações de aliança (Dal Poz, idem: ib.).

A residência é preferencialmente patrilocal, o que favorece a manutenção no mesmo grupo local do pai e seus filhos homens – por vezes até a morte daquele, quando então funda novas aldeias, porém próximas o suficiente para propiciar visitas frequentes entre os parentes. “Preferencialmente” porque arranjos políticos e matrimoniais podem facultar outros tipos de residência pós-matrimônio. A solidariedade entre os germanos (filhos de mesmo pai e mesma mãe) é outra característica desta sociedade, o que não impede que possa emergir certa competição entre eles. Mas no geral um deles (e não necessariamente o mais velho) exercita uma certa ascendência sobre os demais, lhe facultando ser reconhecido como o *zábíway* do local (Dal Poz, idem: 5-6).

A figura de líder e “dono da casa” decorre, basicamente, da sua capacidade de organizar caçadas (hoje quase totalmente substituída ou “encoberta” por aquela de agenciar contratos e acordos com os “brancos”), abrir roças, oferecer festas e promover arranjos matrimoniais. Antes do contato, a liberdade de mudar o local da aldeia, quando os recursos de subsistência se tornavam mais escasso em determinados locais, era muito maior do que hoje. Este processo de sedentarização é função direta dos “prédios” (escola, casa do posto, enfermarias etc.) construídos pela Funai (e posteriormente Funasa), da facilidade de obtenção dos serviços de tratores (para abrir roças em antigas capoeiras) e, mais recentemente, dos pastos que várias aldeias estão formando. Além de problemas graves de saneamento, esta sedentarização favorece um menor controle e domínio sobre os seus territórios (que antes percorriam assiduamente em expedições de caça e coleta).

Contudo, a sedentarização recente parece não impedir novas cisões – cisões estas que eram função, outrora, do ciclo de reprodução do grupo local. Hoje, tais eventos se dão basicamente em função dos “contratos” com terceiros para a exploração dos recursos naturais. Não havendo consenso sobre aqueles contratos – ou sobretudo sobre a repartição dos “benefícios” deles oriundos entre os membros da aldeia – a cisão ocorre e, com ela, a dispersão dos grupos locais, abrindo por sua vez novas disputas sobre a utilização dos recursos naturais, sejam eles para a mera subsistência ou visando a sua exploração por terceiros.

As novas relações e atividades impostas pelos “novos tempos”, se não têm aparentemente afetado as regras matrimoniais e o sistema de alianças intergrupais, por lado vem alterando, até onde nos foi dado observar, os padrões tradicionais de relação entre as gerações. Uma valorização acentuada dos jovens por parte da sociedade regional (tidos por representantes destes como mais “espertos” porque dominam melhor o português, enquanto os homens maduros ou idosos são tidos como “brabos” porque o domínio da língua de contato que possuem é bem precário) tem transformado a estes como os seus interlocutores preferenciais, senão exclusivos, nas transações cotidianas. Apesar de, ao que nos pareceu, ainda manterem controle sobre seus atos, alguns homens mais velhos desconfiam ou são de fato ludibriados pelos “jovens espertos”. Quando isso é descoberto, eles passam a agir por conta própria, acarretando conflitos¹. Muitos jovens, além disso, são assediados nas cidades por jovens “brancas” e com quem passam a residir, mantendo uma vida dupla: na cidade, com sua mulher “civilizada” e na aldeia, com sua mulher Cinta Larga. O custo (social e financeiro) para manter tal padrão de vida é, pode-se perceber, relativamente alto.

Os meninos, por outro lado, não são mais submetidos à perfuração do lábio inferior para uso do “tembetá” (pequeno bastão feito de uma resina vegetal) e, até onde pude indagar, as meninas não observam mais o período de reclusão na menarca (primeira menstruação).

¹ “Destemido, o jovem Cinta Larga parece não aceitar limitação, imposição ou ordens de ninguém. Sabe pedir o que quer diretamente, sem rodeios, e nenhum é bajulador ou servil.” (Dal Poz, *idem*: 9).

1.5 Situação legal das Terras Indígenas Aripuanã e Serra Morena

A primeira medida oficial para a garantia dos territórios Cinta Larga foi o decreto presidencial nº 62.995 de 16/07/1968 que interditou “para fins de pacificação” uma área situada entre os rios Roosevelt e Juruena e os paralelos 10 e 11, com uma área de cerca de 3,6 milhões de hectares. Em julho de 1969 foi criado o Parque Indígena do Aripuanã - PQARI (Decreto presidencial nº 64.860), atendendo os mesmos limites e área do decreto de interdição. Porém, em 1974 (24/01), atendendo a pressões do Governo do Mato Grosso, outro decreto alteraria estes limites, impondo o rio Aripuanã como seu limite leste, ao mesmo tempo em que interditava duas outras áreas contíguas aos novos limites do **Parque Indígena Aripuanã, que foi demarcado nos anos 1980 e homologado com 1.603.246 hectares (decreto nº 98.417 de 20/11/89).**

Estas duas novas áreas (TIs Aripuanã e Roosevelt) seriam reconhecidas e demarcadas em meados dos anos 1980, juntamente com a TI Serra Morena. **A Terra Indígena Aripuanã** (situada nos municípios de Juína e Aripuanã) se encontra homologada (decreto nº 375 de 24/12/1991) com uma **área de 750.649 hectares. A Terra Indígena Serra Morena** (município de Juína), por sua vez, foi homologada pelo decreto nº 98.824 de 15/01/1990, com uma **área de 147.836 hectares.**

1.6 Economia: subsistência e renda

“Aldeia e Floresta. Dois espaços de significados distintos: o primeiro, o reino das crianças e onde as mulheres têm funções ativas. Local de repouso para os homens, cenário das festas e rituais. (...) A aldeia reúne a alegria da maternidade, o registro dos que já viveram e os marcos da história passada. A floresta é o lugar destinado aos homens, às incursões em busca da caça, de cuja partilha renasce com novo vigor os laços que unificam a comunidade. É o local da aventura, dos perigos. É a fonte da abundância”. “Nas proximidades das casas estão as roças” (Junqueira, 1985 - op. cit: 8-9).

“Em traços gerais, a vida econômica dos Cinta Larga organiza-se segundo três eixos: divisão sexual do trabalho, oposição aldeia-floresta e alternância das estações. No período da chuva concentram-se na aldeia; dispersam-se no estio. Na floresta, predação; em casa (aldeia), a transformação em comida e artesanato” (Dal Poz, 2003:10).

Confrontando estes textos descritivos da vida econômica Cinta Larga, escritos em períodos separados por uma década, não podemos deixar de observar que, hoje, tudo mudou – para permanecer, até certo ponto, igual.

Do ponto de vista dos índios, poderíamos dizer que mudaram as suas intenções para com a floresta (da predação exclusiva dos seus animais para a predação dela própria) e ampliaram-se os espaços da aldeia (incorporando agora a *cidade* como sua extensão, com suas “casas de chefes”; como também se ampliaram os espaços em seu entorno, incorporando pastagens). “Novos tempos”, onde a antiga abundância propiciada pelos recursos da floresta se mantém, mediante outras formas de utilização. Porém, agora olhando sob o ponto de vista externo, não-cinta larga, a diferença fundamental – e inegável – entre o “outrora” e estes “novos tempos”, é que “outrora” a abundância da floresta era exclusiva dos Cinta Larga e nos “novos tempos” é compartilhada com terceiros, mais para estes do que para os próprios índios.

Independentemente do que ocorreu e vem ainda ocorrendo com a exploração madeireira e o garimpo, todas as aldeias das TIs Aripuanã e Serra Morena possuem suas roças (e muitas capoeiras), aonde se vêm cultivos de mandioca, cará, milho, arroz, banana e mamão. Os chefes de postos da Funai incentivam as atividades agrícolas, com apoio das mulheres. Em algumas aldeias onde os recursos madeireiros já estão esgotados, sobretudo na Serra Morena (há dois anos não mexem com madeira), o envolvimento dos homens com as roças é maior – e as roças melhores. E todos os chefes querem destocar capoeiras para poderem colocar espécies permanentes (pupunha, café) ou banana. E abrir novas áreas para pastagens.

A caça ainda é abundante, apesar das centenas de estradas “toreras” e esplanadas abertas pelas madeireiras na floresta. Porém, já se distribui desigualmente pelas várias TIs. Esta abundância relativa é quiçá devida da menor de pressão de caça hoje exercida pelos índios. E também função da baixa densidade populacional nas TIs (de 0,046 hab/km²).

Ainda se caça – e bastante até, pois nem todos os Cinta Larga estão diretamente envolvidos com os “negócios”. As grandes expedições coletivas para caçadas que outrora realizavam diminuíram ou em algumas aldeias desapareceram por completo. Mas as incursões feitas individualmente ou em pares ainda prosseguem. Catetos, queixadas, antas, mutuns, jacus, pacas e cotias ainda são pegos com relativa facilidade nas TIs Cinta Larga. A pesca também é uma atividade importante e a oferta de pescado

em muitos igarapés é ainda relativamente grande (principalmente nos rios Flor do Prado, Branco, Vermelho, Guariba e Furquim).

Mas parte substancial da renda gerada pela extração madeireira e dos garimpos de diamante é empregada para a compra de alimentos industrializados, alguns até necessários (como arroz, feijão e farinha²) e outros nem tanto (como salgadinhos tipo *chips*, refrigerantes, enlatados e que tais).

A criação de gado já é uma realidade em muitas aldeias, sobretudo naquelas onde partes da renda da madeira estão sendo investidas em formação de pastagens e na compra de matrizes e reprodutores. Segundo o funcionário da Funai responsável pelo acompanhamento da vacinação do rebanho, o plantel hoje nas TIs Cinta Larga é de 2.800 reses.

Nas entrevistas com lideranças de aldeias e chefes de postos, todos pareceram indicar que, esgotada a exploração madeireira, a pecuária será o seu substituto. Muitas das aldeias da TI Aripuanã já têm seu rebanho (Parakida: 620 cabeças; Naki: 180 cabeças; Pagano: 60 reses; Flor do Prado: 50 reses). Os madeireiros com quem estes índios têm contrato é que financiam a abertura das pastagens e a compra de matrizes (as novas áreas de capoeiras abertas recentemente na aldeia do Parakida – algo em torno de 80 alqueires – foram semeadas de avião!).

Como já apontamos, a renda da madeira é desigual entre as aldeias e desigualmente distribuída entre os seus membros. Nas aldeias jurisdicionadas ao PIN Serra Morena, por exemplo, não há exploração madeireira consentida pelos índios há três anos e a renda monetária vem diminuindo gradativamente nos últimos sete anos. Foi na Serra Morena que teve início a “experiência” da exploração madeireira por terceiros. Hoje esta aldeia é uma das mais “pobres” entre os Cinta Larga: não tem veículo (a toyota da aldeia foi levada pelo filho do cacique para Aripuanã, onde vive maritalmente com uma índia Arara), nem gado e a renda dos seus moradores vem principalmente do artesanato.

A Associação Cinta Larga (cujos dirigentes são Roberto Carlos e Luis “Pé de Anta” Cinta Larga) repassa para as aldeias do PIN Serra Morena, mensal ou bimensalmente, alguma mercadoria (óleo diesel e alimentos), a título da participação nos “royalties” da Rede Cemat (4 mil reais mês, descontados os gastos de energia das residências da Associação em Juína e da aldeia da Usina) e das “licenças de

² Recordar-se que os Cinta Larga não produziam esse alimento antes do contato.

garimpagem” concedidas por aquela associação indígena com o aval dos caciques das aldeias da Usina e Rio Seco. Segundo o chefe de posto de Serra Morena, estes garimpeiros negociam a licença com a Associação³ “e fornecem um rancho para as comunidades e depois ficam alegando que não estão tirando nada, que é muita despesa”. E, pelo que pudemos observar ali, os índios realmente não têm “fiscais” nos garimpos para checar estas alegações. Muitos homens e mulheres desta aldeia já foram trabalhar no garimpo do Roosevelt e outros ainda lá permanecem. Entrevistamos alguns que haviam retornado que nos disseram “que não valia a pena – muito trabalho para pouco lucro – além de ser muito perigoso”.

A associação dos índios de Serra Morena possui seu escritório e casas de moradia em Juína, de modo que quando vão àquela cidade têm onde ficar (e tem jovens que moram mais ali do que na aldeia). O cacique Zé Lop (da aldeia da Usina) possui sua própria casa em Juína (e sua *mitsubishi*), assim como Poeira (chefe da aldeia Capivara).

Nas três aldeias jurisdicionadas ao PIN Flor do Prado (TI Aripuanã), o chefe do posto da Funai nos informou que a renda da madeira nas três aldeias é de cerca de 12 mil reais por “safra” (4 mil reais para cada cacique, em média, por mês de “safra”, que vai de abril a novembro e que coincide com o período de estio). Os três caciques mantêm contratos com um mesmo madeireiro (de Espigão D’Oeste). Todos têm suas *mitsubishis* L200, do mesmo modo que Parakida, Naki, Zé Lop, João Cakoren e os outros caciques do Roosevelt. Alguns destes possuem ainda outros veículos utilitários (mais velhos) ou carros de passeio (para quando se encontram nas cidades). Com essa renda monetária, compram alimentação e diesel para os grupos-geradores das aldeias e seus carros, além de manterem seus jovens filhos nas cidades.

Apesar da relativa abundância de recursos auferidos por muitas aldeias com a exploração madeireira e garimpos, a produção de artesanato continua sendo feita pelas mulheres, principalmente os colares de fragmentos trabalhados de coco e os cestos.

Pode-se supor que as aldeias do PIN Serra Morena, no estado em que as apresentamos acima, representam o futuro das outras quando a madeira destas áreas se esgotar – e o garimpo for controlado. Mas segundo informações do chefe do núcleo de apoio da Funai em Juína (que é engenheiro florestal), “há ainda muita madeira de lei nas

³ São estes os “critérios” em vigência para a concessão de autorização para trabalhar no garimpo dos Cinta Larga: 1) carta de solicitação para a Associação e Funai; 2) Autorização do chefe do PIN; 3) Antecedentes criminais; 4) comprovante de que é motorista ou mecânico – histórico comprovado na carteira de trabalho; 5) comprovante de endereço; 6) declaração de não ter vínculo com outros garimpos clandestinos nas TIs; 6) xerox de toda a documentação pessoal.

demais áreas Cinta Larga”. Este mesmo funcionário já propôs ao Ministério Público Federal de Cuiabá iniciar planos de manejo madeireiros nas áreas indígenas, mas o parecer do procurador responsável foi contrário, justificando que falta pessoal qualificado para o seu acompanhamento, tanto da parte da Funai quanto do Ibama.

1.7 Assistência

Como apresentamos na tabela acima (p. 4), a Funai mantém nas Terras Indígenas Cinta Larga (08) oito Postos Indígenas (PIN) para a assistência aos índios. Cinco deles foram criados (por portarias) e estabelecidos nos anos 1970-80 (Roosevelt, Serra Morena, Capitão Cardoso, Tenente Marques e Rio Preto); os demais nos anos 1990 (14 de Abril, Flor do Prado e Furquim). Nas Terras Indígenas que nos interessa especificamente (Aripuanã e Serra Morena), aquele órgão mantém metade deles (04): os PIN Rio Preto, Flor do Prado, Furquim e Serra Morena.

As distâncias das aldeias situadas na TI Aripuanã em relação à cidade de Aripuanã (onde se localiza o pólo-base da Funasa que atende as aldeias abaixo) e mais diretamente afetadas pelo empreendimento são as seguintes:

Aldeias assistidas pelo Posto Indígena “Rio Preto”

- Bananal (cacique Naki) – 45 km, população de 30 índios
- Rio Preto (cacique Pagano) – 60 km, população de 21 índios
- Taquaral (cacique Parakida) – 70 km, população de 62 índios
- Ipê (cacique Nasek) – 72 km, população de 08 índios
- Flor da Selva (cacique João Kacoren) – 114 km, população de 34 índios
- Paralelo 10 (cacique Geraldo) – 105 km, população de 07 índios

As aldeias situadas na TI Serra Morena estão mais próximas de Juína e os PINs que as assistem recebem apoio logístico do núcleo da Funai ali estabelecido, assim como do pólo-base da Funasa desta cidade.

Mesmo localizadas a montante do empreendimento e tendo suas bases de apoio em Juína, os Cinta Larga da TI Serra Morena ainda vivenciam o problema da barragem da PCH de Juína construída no Aripuanã, do outro lado da TI. Além disso, a aldeia sede

do PIN Furquim é aldeia do cacique “Papai Grande”, liderança já lendária dos Cinta Larga e a quem os demais caciques se remetem para a tomada de decisões importantes.

Aldeias assistidas pelos PINs Serra Morena e Furquim

Serra Morena

- Usina (cacique Zé Lop) – 52 km de Juína, população atual de 32 índios
- Rio Seco (cacique Bernardo) – 64 km de Juína, população de 66 índios
- Serra Morena (cacique Alfredo) – 67 km, população de 10 índios
- Rio 21 (cacique Constantino) – 102 km, população de 46 índios
- Rio capivara (cacique Pueira) – 90 km, população de 88 índios

Furquim

- Aldeia Cafezal (cacique Fardado) – 80 km, população de 12 índios
- Aldeia Cácia ou Perdida (cacique Nilson) – 153 km, população de 18 índios
- Aldeia rio Furquim (cacique Papai Grande) – 83 km, população de 25 índios

Assistidas pelo PIN “Flor do Prado”

- Cachoeirinha (caciques Capitão e Japão)
- Do Mineiro (cacique Mineiro)
- Flor do Prado (cacique André)

As aldeias ligadas a este último PIN ficam na margem direita do Roosevelt, portanto estão mais próximas de Cacoal do que Aripuanã e são assistidas portanto pelo pólo-base da Funasa sediado na primeira cidade. Antes dos conflitos com os garimpeiros, os índios freqüentavam também a cidade com assiduidade a cidade de Espigão D’Oeste, local onde a madeireira que tem contrato com os índios do rio Flor do Prado está sediada. Portanto a população Cinta Larga deste PIN não freqüenta as cidades de Aripuanã ou Juína, a não ser eventualmente. Segundo o atual chefe deste Posto, a população destas três aldeias é de 153 pessoas.

O acesso a estas aldeias é feito por estradas de terra que no período de estio (ou “verão”, de abril a outubro) são mantidas e conservadas, senão todas em sua grande maioria, pelas madeireiras. Na estação das chuvas (“inverno”, de novembro a março), quando as madeireiras deixam de operar, ficam em geral intransitáveis.

Nas estradas de acesso às aldeias dos PINS Serra Morena e Furquim, a Funai tem conseguido apoio da prefeitura de Juína para fazer reparos e conservação. Existe uma pista de pouso no PIA Serra Morena (antiga, mas relativamente conservada, podendo ser usada por pequenas aeronaves).

Os PINs Serra Morena e Furquim não possuem uma casa-sede, utilizando-se de habitações dos próprios índios e que os chefes de postos utilizam como escritório e residência. Em que pese a crônica falta de recursos da Funai, o chefe do PIN Serra Morena tem conseguido sementes (da Funai Cacoal e do Governo do Estado de Mato Grosso) para as roças das aldeias sob sua jurisdição, além de óleo diesel para os geradores de algumas aldeias. A Funai-Brasília também disponibilizou recursos financeiros “emergenciais” em 2004 para os Cinta Larga, em função da repercussão dos conflitos havidos em abril deste ano no garimpo do Roosevelt. O plano de aplicação do PIN Serra Morena para estes recursos são apresentados no anexo 01.

O chefe deste PIN também tem incentivado a retomada da construção das malocas tradicionais, tendo conseguido que o cacique da aldeia Capivara construísse uma neste ano de 2004.

Os atuais chefes de postos das aldeias das TIs Serra Morena e Aripuanã não têm formação indigenista – ou seja, não fizeram o curso de capacitação para serem “técnicos indigenistas” ou passaram por qualquer curso de reciclagem específico. Apenas um deles, aquele que responde pelo PIN Serra Morena (técnico agrícola), tem uma experiência prática maior, pois trabalha com populações indígenas há cerca de 15 anos, tendo passado por vários outros postos. Os demais são de formação variada (motoristas, mecânicos) ou mesmo sem nível médio completo. Este é o estado da arte dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento e assessoramento, em nome do Estado brasileiro (o chamado “indigenismo”), de uma realidade etnológica e indigenista das mais complexas do país.

a. “A gente não se mete”: a prática oficial do indigenismo local

Existe uma regra informal básica do trabalho indigenista da Funai na área Cinta Larga: “*a gente não se mete*” nem com a exploração madeireira ou com as atividades de garimpo capitaneadas e agenciadas pelos índios. Os funcionários daquele órgão são unânimes quanto às conseqüências da transgressão daquela regra: “*se você se mete, vão dizer que a gente está levando grana por fora*”. A experiência anterior parece dar razão a eles: aqueles que, no passado recente, “se meteram” junto com os índios nos contratos de exploração foram alvo de processos administrativos internos que resultaram na perda da chefia e o afastamento da Funai. Muitos funcionários corruptos foram justamente afastados, ou pela própria direção da Funai ou pelo Ministério Público Federal. Tendo como pano de fundo este passado, os atuais chefes de postos não acompanham “oficialmente” as negociações dos contratos entre os “donos de casa” Cinta Larga e os madeireiros ou empresários de garimpo. É um jogo de esconde-esconde, pois obviamente sabem. Os índios, por seu lado, não lhes solicitam, há tempos já, que os assessore naquelas negociações, porque sabem que a resposta será negativa. A omissão é a norma. Alguns chegam a confessar que não interferem por medo dos índios. E é assim, entre a omissão e o medo, que o jogo de interesses nas terras Cinta Larga se desenrola – numa disputa onde os índios são antecipadamente derrotados.

Um chefe de posto que entrevistamos forneceu o seguinte quadro resumo da realidade Cinta Larga: “*estes índios têm muita liberdade (e isso porque) a Funai perdeu a autoridade; hoje eles fazem o que querem. Muitos brancos de fora interferem no cotidiano e no jeito dos índios – motoristas de madeireiras casados com índias, bate-paus de garimpos, amigos brancos dos filhos mais jovens dos caciques. Eles (os índios) estão ficando exigentes por causa destes brancos, que botam na cabeça dos mais jovens que eles não têm que ouvir a Funai. São pessoas da pior espécie, aproveitadores. Se (a Funai) conseguisse tirar esses brancos do meio dos índios, muita coisa ia mudar*”. Depoimento singelo, porém agudo da realidade Cinta Larga presente no seu trabalho cotidiano; como “*uma pessoa branca entre outras*”, e sem autoridade – ou, o que é pior, sem condições ou retaguarda para abrir um diálogo franco com os índios – procura fazer seu “serviço” apesar de tudo, isto é, “*vendo isso tudo e não podendo fazer muita coisa de útil*”. Nos subentendidos da conversa, este chefe de posto parece não ver a hora da

madeira se acabar e o garimpo ser controlado – para assim os índios terem um pouco de sossego⁴.

No início de 2004 a Funai criou um “Grupo Tarefa Especial” integrado por indigenistas e outros técnicos do órgão para tentar recuperar o diálogo e sua autoridade junto aos Cinta Larga, contando com recursos adicionais do orçamento do órgão (quer dizer, tirados de outras áreas). Este grupo começou a intervir, cautelosamente, nas negociações dos índios com os garimpos e vinha tentando tomar contato com a realidade e acompanhar e assessorar os índios no que fosse possível. Descobriram o envolvimento de autoridades policiais do Estado de Rondônia e da própria Polícia Federal com o contrabando. Em represália, a polícia federal processou e prendeu, irregularmente, pelo menos um dos integrantes do Grupo Tarefa (ficou encarcerado, sem provas, por um período de 11 meses) e um outro teve contra si uma ordem prisão por “envolvimento em atividades ilegais” (*sic*).

Não por acaso que a Funai e os demais órgãos envolvidos com a situação atual Cinta Larga (sobretudo a Polícia Federal e o Ibama), quando pretendem realizar algo para enfrentar as ilegalidades há muito tempo praticadas, nomeiam tais operações, sempre pontuais, de “operação Cinta Larga”⁵ numa demonstração clara que a visão que possuem sobre como enfrentar os problemas é sempre repressiva, policialesca. Ninguém fala de um “programa Cinta Larga” ou apresenta medidas concretas e discutem com os índios alternativas claras e factíveis de substituição, no curto prazo, das atividades ilegais. E quando se trata de retirar garimpeiros invasores, a pedido dos índios e da Funai, aqueles órgãos demoram meses para fazê-lo, exigindo ainda contrapartidas (diárias) da Funai.

⁴ O assédio sobre os recursos naturais das Terras Indígenas (da flora, da fauna, da água ou mesmo o próprio solo) cresce proporcionalmente ao esgotamento relativo daqueles recursos nas áreas adjacentes às terras indígenas. Este é um fato óbvio e incontestável, podendo ser demonstrado factual e historicamente por região ou por Estado da federação. Os governos brasileiros nunca foram capazes de formularem uma política florestal conseqüente e a devastação das matas nativas sempre foi, ao longo da história do Brasil, sinônimo do “progresso”: é da sua predação que nasceu a nossa “acumulação primitiva”. Em menor escala é o que vemos ainda hoje acontecer em Rondônia e no noroeste do Mato Grosso, nas nossas “últimas fronteiras agrícolas” (*sic*): é a exploração madeireira a base da “capitalização” naquelas fronteiras.

⁵ Em 1968 a Funai faria a sua primeira “Operação Cinta Larga”, coordenada por João Américo Peret, que tinha por missão identificar as aldeias Cinta Larga ao norte do Parque Indígena do Aripuanã e que “ameaçavam e atacavam colonos do projeto Aripuanã”. Esta “operação” reduziu o Parque Indígena e orientou a então presidência do órgão a expedir “certidões negativas” da presença indígena para a agropecuária Lunardelli no rio Branco.

b. Saúde

A situação da assistência à saúde em toda área Cinta Larga é precária e agravou-se depois do fim do convênio (em junho de 2004) que a Funasa mantinha com a Ong “Proteção Ambiental Cacoalense” (Paca) para a execução dos serviços de saúde nas aldeias. E até novembro deste ano a Funasa não tinha qualquer perspectiva de como daria continuidade aos serviços. Para atender a população Cinta Larga, a Funasa conta com instalações (Casas de Saúde Indígena ou Casai) em Cacoal, Juína e Aripuanã, todas ligadas administrativamente ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Cacoal (RO).

Nas aldeias que vistamos não encontramos nenhum profissional da área trabalhando, nem mesmo um mero auxiliar de enfermagem – a única exceção é um jovem da JOCUM (missionário desta entidade) que vem atendendo as aldeias Capivara e Rio 21, do PIN Serra Morena. Os agentes de saúde indígena (Ais) também não estão trabalhando porque não recebem desde o fim daquele convênio – e mesmo porque não há medicamentos nas aldeias. Quando alguém adoece, só resta chamar, pelo sistema de radiofonia instalado nas aldeias, uma viatura para remover o doente para as cidades (Juína, Aripuanã ou Cacoal) para consulta e medicação, a um custo muito maior do que se isso fosse feito nas aldeias. Todos os Cinta Larga com os quais conversamos reclamaram enfaticamente dos serviços da Funasa. Disseram que médicos, dentistas ou enfermeiras não vão para as suas há mais de um ou mesmo dois anos.

As unidades ambulatoriais construídas pela Paca (em madeira) – com planta aprovada pela Funasa – são absurdamente pequenas, disfuncionais e não permitem que um profissional de saúde nelas resida e realize os atendimentos necessários.

A questão do saneamento também é grave. A maioria das aldeias das TIs Aripuanã e Serra Morena não possuem poços artesianos. As que estão melhores equipadas contam com poços do tipo “amazônico” ou semi-artesianos perfurados pela Funasa; nas outras, a água usada é dos igarapés próximos, e levada para a aldeia por meio de bombas-motores.

A Funasa também instalou latrinas (fétidas) em quase todas as aldeias e uma espécie de “igarapé” comunitário no centro (!) de algumas aldeias: uma construção não azulejada de chuveiros e tanques (supostamente para banho e lavagem de roupa), sem sistema de coleta e despejo da água servida, transformando o local em um lodaçal mal cheiroso, já que os índios utilizam estas instalações apenas para lavar suas louças. Continuam, é óbvio, banhando-se e lavando suas roupas nos igarapés.

A malária está presente apenas nas áreas de garimpo. As enfermidades mais freqüentes são gripes, diarréias de várias etiologias, infecções da pele, pneumonias. E a saúde bucal dos índios que conhecemos é lamentável. Há casos já de enfermidades degenerativas tipicamente conseqüentes dos “novos tempos” – e da mudança nos hábitos alimentares que vem provocando – tais como os diabetes e a hipertensão arterial.

a. Educação

As (poucas) escolas que funcionam nas aldeias Cinta Larga são mantidas pelo Estado de Mato Grosso e Rondônia, inclusive remunerando os professores. Não há escolas municipais. De um modo geral, o nível de alfabetização em português dos jovens entre 16-25 é apenas sofrível. Não vimos ou fomos informados de nenhuma experiência em curso de alfabetização na língua indígena.

Os índios reclamam que os professores do Estado não conseguem ficar mais do que um nas aldeias. “Não agüentam” e assim não há continuidade no ensino – porque, cada novo professor começa tudo de novo alegam – “por isso que ninguém aprende”. Os chefes de posto confirmam esta situação. Ademais, descrevem que estes professores não possuem capacitação específica e apoio, além de trabalharem com materiais que pouco ou nada têm haver com a realidade das aldeias indígenas.

Como a imensa maioria das escolas indígenas do país, as escolas das aldeias somente atende aos alunos matriculados até a 4ª série do ensino básico. Da quinta série em diante, o aluno que, contra tudo e todos, consegue completar aquele primeiro ciclo, é obrigado a estudar nas cidades. Hoje, nas escolas de Cacoal (em sua maior parte), Juína, Pimenta Bueno, Vilhena, Ministro Andreazza e Colorado D’Oeste estão matriculados 21 jovens Cinta Larga. Cinco alunos que estudavam este ano em Espigão D’Oeste foram retirados depois que alguns habitantes desta cidade mataram um jovem Cinta Larga e submeteram outro a humilhações, deixando-o amarrado por cerca de oito horas na praça central daquela cidade – em represália aos acontecimentos de abril no garimpo do Roosevelt.

Outra crítica colhida em nossa viagem a campo diz respeito à malversação dos recursos para aquisição de material escolar e merenda. Estes recursos são federais, descentralizados para os Estados e a sua aplicação é responsabilidade dos municípios. Secretários municipais e os diretores das associações de pais e mestres de cada escola indígena (porque estas têm vinculação administrativa a uma escola municipal) são os responsáveis finais por aqueles recursos. O que os funcionários da Funai e os indos

relatam é que tanto os materiais quanto a merenda são adquiridos não em função das necessidades e usos dos índios, mas dos interesses políticos das prefeituras e prefeitos. Como estes materiais atendem majoritariamente as escolas não-índigenas, é para estas que os interesses da prefeitura se voltam. O resultado é o que se vê nas aldeias: alimentos da merenda jogados aos porcos e galinhas (os índios não têm por hábito comer canjica e fubá) e materiais didáticos supérfluos e amontoados em caixas sem utilização.

1.8 Relação com os recursos naturais

A vegetação nas duas TIs é típica das terras firmes da Amazônia com florestas densas, onde sobressaem as castanheiras e outras espécies de porte alto, entremeadas por matas de palmeiras. Mas hoje esta floresta está, em grande parte, modificada pelo corte seletivo de madeiras nobres – ou com valor comercial importante, como a caxeta. Mas ainda assim a floresta lhes possibilita, além de uma dieta variada, uma fonte permanente de materiais para a confecção de seus artesanatos (que é uma fonte de renda importante de algumas famílias Cinta Larga, como já indicamos) e de grande potencial para o extrativismo, com espécies como a castanha e a copaíba.

Para se ter uma idéia da exploração da floresta hoje, observamos que no trecho de 47 quilômetros da estrada que liga Aripuanã a Espigão d'Oeste⁶ dentro da TI Aripuanã, contamos mais de 130 ramais para caminhões “toreros”, fora dezenas de esplanadas. Esta estrada é que dá acesso às aldeias do Naki, Nasek e João Cakoren.

A exploração florestal consentida e mediante contrato com os Cinta Larga começou com o mogno, em Serra Morena, em 1986-87, com o beneplácito (e participação) de um ex- administrador do PQARI. O impacto do dinheiro fácil foi tão grande que no ano seguinte praticamente todas as aldeias Cinta Larga estavam envolvidas. Em 1992, um Cinta Larga dos mais “empreendedores” estava tentando convencer os nambiquara do Sararé a entrar no “negócio do mogno” – como já havia tentado antes, com sucesso, junto aos “parentes” Suruí, Gavião e Zoró. Esgotado em poucos anos o mogno das áreas Cinta Larga – sem reposição, é claro – passaram “naturalmente” às demais espécies.

⁶ Em seu maior trecho, esta estrada é “particular”, depende de autorização do condomínio de fazendas e madeiras para sua utilização – vide mapa anexo.

Nestes “tempos modernos”, parece ter havido uma espécie de dessacralização da floresta por parte dos Cinta Larga e que, supomos, teria servido como substrato cosmológico para a depredação dos recursos florestais. Se antes a floresta era “o lugar do perigo” (Junqueira, op.cit), porque lugar do encontro da presa e do inimigo (cosmologicamente identificados)⁷, hoje este lugar foi como que *domesticado* pela exploração madeireira (com suas inúmeras estradas abertas por caminhões “toreros”). Como caçador e guerreiro, o Cinta Larga deveria possuir uma intimidade com a floresta para poder se afirmar como homem digno, intimidade que lhe propiciava o conhecimento fundamental para caçar, descobrir-encontrar o inimigo e tirar dela o necessário para fazer sua casa, cestos, flechas e colher frutas e o mel. As centenas de caminhos quase imperceptíveis que os Cinta Larga outrora abriram para explorar a floresta, serviriam depois para os exploradores da madeira. Esta invasão “moderna”, porque agora consentida e não-combatida como outrora, deve ter sido objeto de discussões infundáveis entre os Cinta Larga quando do seu início – e o acesso aos “bens mágicos” da civilização o motor principal dos argumentos pró-consentimento.

Nossa impressão é que estes índios deslocaram nestes “tempos modernos” o lugar do “perigo” da floresta para a cidade – pois é aqui hoje onde encontram suas presas “modernas” (caminhonetes e outros bens de prestígio) e também seus “inimigos” potenciais (os donos do dinheiro que lhes dá acesso àqueles bens). Não sabemos se isso corresponde de fato ao que se passa hoje (vivenciamos rapidamente a realidade Cinta Larga), mas alguns sinais antevistos reforçam esta interpretação: a disputa entre as chefias tradicionais por áreas de exploração, o conflito cada vez mais evidente entre novos (jovens) e velhos chefes em torno das áreas de diamantes fazem do *dinheiro* o equivalente moderno da *caça*, no plano simbólico Cinta Larga: hoje as conversas não giram em torno das caçadas, mas dos “negócios”. Se outrora “*a aventura da caçada ...su(punha) uma expressão mágica*” e era guiada “*por uma verdadeira ética ... obriga(ndos)-os a uma preparação anterior ao encontro com a presa, (assimilando-a)*” (Dal Poz, idem: 12), hoje estes valores estão traduzidos na busca do dinheiro, na preparação do contrato e no conhecimento anterior deste novo *Pavu*, o contratado enquanto dono do dinheiro, o símbolo da abundância moderna.

⁷ Toda caça era um humano, na origem dos tempos, um humano que posteriormente foi transformado em animal (alimento) pela ação do herói criador, *Gorá*. Mas a floresta tem dono: *Pavu* entidade responsável pelo controle do seu estoque (e pela sua abundância), atacando os caçadores que não cumprem as regras éticas para com os ex-humanos transformados em animais de caça.

Os impactos sociais e ambientais dos garimpos de diamante

Nas Terras Indígenas Cinta Larga, no Roosevelt sobretudo, ocorre um tipo raro de kimberlito – a rocha vulcânica onde é encontrado o diamante. Segundo avaliação da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), órgão do Ministério das Minas e Energia, esse minério é único no Brasil e com uma mina potencial para produzir cerca de um milhão de quilates por ano – o que representa uma receita de duzentos milhões de dólares.

O garimpo do Roosevelt começou em 2000 (descoberta, pelos índios e garimpeiros contratados por eles, da jazida do igarapé Lages). No início, Pio Cinta Larga (*Kabã* natural da TI Aripuanã) concedia autorizações para alguns brancos por valores que variavam entre quinze a vinte mil reais. A partir daí começaram os conflitos internos e com os garimpeiros “sem autorização” – e as mortes. Todos os jovens chefes passaram a conceder autorização e as lideranças perderam o controle.

Em 2001 a área do Roosevelt estava invadida por cerca de dois mil garimpeiros. Os índios então pediram o apoio da Funai para a retirada dos invasores, após o assassinato em Espigão D’Oeste do índio César Cinta Larga – e a Funai convocou a Polícia Federal, o DNPM e o Ibama para realizarem uma operação conjunta com os índios. Em 2002 a maioria dos invasores, cerca de 2.500, foi retirada. O garimpo foi retomado pelos índios e seus “empresários” autorizados. E isso não só no Roosevelt, mas nas outras áreas também: em Serra Morena, por exemplo, estão funcionando atualmente 06 pares máquinas no próprio rio Aripuanã. No Roosevelt, Pio, João Brabo, Tataré Novo possuem (compradas com apoio dos seus empresários a um custo médio de duzentos mil reais) as chamadas “PC” (escavadoras enormes, sobre esteira, utilizada em grandes obras de terraplanagem e cujo braço gira 360°).

O igarapé Lages foi desviado em seu curso para as máquinas poderem trabalhar melhor. Atualmente este garimpo se estende por uma área de cerca 30 km por 800 metros, em um enorme lamaçal. E vários outros igarapés das TIs *Serra Morena* (estes todos tributários do rio Aripuanã), *Parque Indígena* e *Roosevelt* estão com suas águas comprometidas, barrentas, comprometendo a ictiofauna.

A Polícia Federal estima que saíram contrabandeados do país algo em torno de vinte milhões de dólares em diamantes do garimpo do Roosevelt desde 2001. As minas do Roosevelt são consideradas uma das dez mais importantes do planeta e por isso é alvo dos grandes contrabandistas. Desde 2000 o garimpo do Roosevelt tem atraído para

a região traficantes e ladrões de pedras, prostitutas e aventureiros de todo tipo, causando conflitos que provocaram a morte de uma centena de pessoas desde 2001. As maiores vítimas são garimpeiros independentes, que não trabalham para os grupos organizados – traficantes – que, sem recursos para pagar o “pedágio”, se arriscam com a cara e a coragem dentro das terras indígenas, onde são assassinados por pistoleiros e jagunços contratados pelos contrabandistas (socioambiental.org/pib/cintalarga/anexo_crono.htm). A chacina recente de vinte e nove garimpeiros na TI Roosevelt supostamente cometida pelos Cinta Larga foi motivada por este contexto de bandidagem.

A garimpagem de diamante no rio Aripuanã (TI Serra Morena) começou em 2003, através de um acordo estabelecido em Juína com a associação indígena lá sediada. Como já dissemos, existem trabalhando neste rio seis pares de máquinas.

Segundo informações do chefe do PIN Serra Morena, no rio Capitão Cardoso (afluente da margem direita do Roosevelt) existe uma área de garimpo “cedida” pelos Cinta Larga daquele PIN (capitão Cardoso) muito rica em ouro e diamantes. O empresário que obteve a “concessão” é de Ji-Paraná (RO) e tem abastecido o “seu” garimpo por helicóptero (!). Segundo as fofocas da área, o Roberto Carlos Cinta Larga tentou chegar até o local mas foi dissuadido porque ficou sabendo que o empresário é “valente” e não admitindo “parceiros”, segundo o acordo que teria estabelecido com as lideranças Cinta Larga do capitão Cardoso. Pode ser apenas estória. Ou não.

Ouvimos falar (funcionários da Funai e um vereador de Espigão D’Oeste) que no presente momento têm mais de 500 brancos trabalhando nos garimpos do Roosevelt, apesar das “barreiras” estabelecidas em alguns pontos de entrada da TI Roosevelt pela Funai e Polícia Federal.

Recentemente a Funai conseguiu com que o Presidente da República editasse uma medida provisória que torna a Caixa Econômica Federal a única compradora dos diamantes que se encontram na posse dos índios – e com o apoio da Polícia Federal, Funai e DNPM iniciou a compra dos diamantes, como noticiou a imprensa nacional. Com esta medida (alvo por sinal de uma ação direta de constitucionalidade proposta pelo Ministério Público Federal de Rondônia⁸), o Governo pretende iniciar o processo de legalização da garimpagem no Roosevelt – e por extensão, nas demais terras indígenas.

⁸ O argumento do procurador é que o assunto (regulamentação da atividade minerária em Terras Indígenas) é da exclusiva competência do Congresso, como determina o artigo 231 da CF – e, sendo assim, o executivo não poderia antecipar por medida provisória tal regulamentação.

Sob o aspecto dos impactos sociais do garimpo, além das situações já comentadas, verificamos que algumas aldeias visitadas por nós (do Parakida e do João Cakoren) estão com várias casas vazias - há tempos pelo que notamos - e cujos moradores “estão no garimpo”, conforme nos disseram os índios. O fenômeno parece ser geral. Alguns levam famílias inteiras, submetendo-as às agruras da vida no garimpo. Jovens vão e vem e, o que é pior, mulheres descasadas também vão, algumas deixando seus filhos pequenos (em idade escolar) nas cidades, com parentes ou mesmo com brancos. E são muitas, segundo o chefe do PIN Serra Morena.

1.9 Relações dos Cinta Larga com o ambiente regional

Como se pode perceber pelo que descrevemos até aqui, as relações entre os Cinta Larga e os municípios vizinhos às TIs Serra Morena e Aripuanã são problemáticas. A história do contato dos Cinta Larga com os núcleos de colonização, vimos, está pontuada por inúmeros conflitos. A paz relativa conseguida pelos contratos para a exploração de madeira - que favoreceu o estigma local de “índios ricos” atribuído aos Cinta Larga - é uma paz aparente, podendo se transformar em conflito a todo momento. Os assassinatos recentes (em 2002) dos índios Carlito Cinta Larga (filho do cacique Parakida) na cidade de Aripuanã e de César Cinta Larga, em Espigão D’Oeste, não podem ser vistos como casos isolados e derivados de “rolos” e “trambiques” nos quais estes dois jovens Cinta Larga estariam metidos (mulheres e tráfico de drogas, como se faz crer nas cidades). É produto da ganância dos brancos e do desejo dos jovens Cinta Larga, seduzidos pelo ambiente das cidades, em se imporem neste ambiente. Os garimpos de diamante vieram só potencializar estes conflitos latentes.

Os funcionários da Funai realmente comprometidos com o futuro destes índios nos relataram que este órgão deveria envidar todos os esforços para “segurar” os jovens nas aldeias, sobretudo com um trabalho na área de educação. Crêem que se as escolas nas aldeias realmente funcionassem, indo até a 8ª série do ciclo fundamental, tal medida resolveria parte dos problemas. Desta forma, raciocinam, estes jovens indígenas iriam conviver com o ambiente da cidade apenas mais tarde, quando já estariam com uma compreensão melhor daquele universo - e com discernimento suficiente para resistir à sedução dos “amigos brancos”. Para estes, “as más companhias” nas cidades - e suas interferências nas aldeias - é que tem se tornado o grande problema para o futuro.

Por vários motivos (“negócios” privados, gestão das associações indígenas, tratar com a Funai, vender artesanato, tratamento de saúde, escola, receber benefícios sociais – aposentadoria, auxílio maternidade etc.) a presença indígena nas cidades de Aripuanã e Juína é constante. Estas cidades são parte hoje do cotidiano dos índios – o que não é de forma alguma prerrogativa exclusiva dos Cinta Larga. E integram também o seu imaginário simbólico, como tentamos mostrar.

É neste sentido que todo e qualquer empreendimento que interfira naquelas cidades, as faça “progredir”, potencializa as vantagens (poucas) e as desvantagens (enormes) das relações dos Cinta Larga para com elas. E os eventos que pontuam a história, passada e recente, destas relações são evidentes por si só para sustentar tal constatação.

1.10 Os projetos oficiais e os impactos sobre as TIs Aripuanã e Serra Morena

a. Os projetos Aripuanã e Juína

A história⁹ dos municípios de Aripuanã e Juína se confunde com a história dos desdobramentos de um programa oficial do Governo Médici: o famigerado Programa de Integração Nacional e cuja meta visava estimular a ocupação da Amazônia preenchendo “seu vazio demográfico”. No âmbito deste Programa, é assinado um convênio, em 1973, entre o Ministério do Planejamento, do Interior e da Educação e Cultura com o Governo do Mato Grosso onde foram estabelecidas as bases preliminares do “Projeto Aripuanã”. Nesta etapa, a prioridade eram os estudos necessários para o planejamento das ações, cuja execução caberia à Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (CODEMAT). O grupo especial responsável ficou vinculado ao IPEA e coordenado por Maurício Rangel Reis.

O núcleo pioneiro dos estudos, denominado Humboldt, foi instalado à margem direita do rio Aripuanã, nas imediações dos saltos de Andorinhas e Dardanelos. Os dados do projeto RADAM-Brasil indicavam que nessa região jazidas importantes, principalmente de ouro, diamante, manganês e titânio. O núcleo de pesquisa de Humboldt foi inicialmente ocupado por pesquisadores do INPA para realização de estudos biológicos. Em 1973 estes pesquisadores seriam “contatados” por um grupo de índios Cinta Larga, na outra margem do rio Aripuanã. A antiga vila de Aripuanã

⁹ As informações deste tópico foram em parte extraídas do processo Funai/4982/78.

(localizada então na margem direita do Roosevelt) foi transferida para o Núcleo Pioneiro de Humboldt e logo depois teve seu primeiro prefeito, nomeado pelo Governador de então.

Atropelando as pesquisas “necessárias ao planejamento da ocupação”, a CODEMAT passou a licitar grandes glebas para empresários do sul e sudeste do país com interesse em implantar projetos agropecuários na região. O resultado foi a desinterdição do Parque Indígena do Aripuanã e a liberação da área entre os rios Aripuanã e Juruena entre os paralelos 10 e 11 para os projetos agropecuários¹⁰, obrigando a Funai a “remanejar” a população Cinta Larga que vivia nesta área (e dos 3 milhões de hectares interditados, passou para os atuais um milhão e setecentos mil hectares).

Em 1975 começou a ser executado o projeto do Pólo Aripuanã, parte do Polamazônia – outro programa do governo militar para a colonização da Amazônia, prevendo a discriminação de lotes para assentamento de colonos e a construção de rodovias, entre as quais a AR-1 (Vilhena-Aripuanã). A área deste Pólo abrangia 411 mil hectares entre os rios Aripuanã e Juína Mirim. O picadão delimitando o limite oeste daquela gleba transformou-se depois na divisa leste da TI Serra Morena – e que por erros topográficos, ainda é alvo de controvérsias entre a Funai e o Governo do Mato Grosso.

Em 1976 os executores do projeto (Incrá, Intermat e Codemat) definiram a área urbana do projeto, hoje a cidade de Juína, a poucos km das aldeias então dos então arredios do Cinta Larga de Serra Morena. Em julho de 1979 a população assentada pelo projeto era de 2.828 pessoas, 807 dos quais na área urbana de Juína. Em 1981, essa população já era de cerca de 12 mil pessoas, oito mil na área rural. Ao mesmo tempo eram abertas mais de 700 km de estradas vicinais, além da MT-137 ligando as vilas de Juína e Aripuanã, em prosseguimento à AR-1.

Com a colonização, veio o conflito com os Cinta Larga - e o contato com os colonos e as pressões para a Funai “atrair” os índios e liberar antigas áreas de ocupação Cinta Larga. Pelas estradas vicinais dos projetos de colonização penetraram no território Cinta Larga os primeiros garimpeiros, no lugar conhecido como “21”. Ao norte, o garimpo do Ouro Preto. Em ambos os locais a Funai posteriormente, com a retirada dos

¹⁰ Os vencedores da primeira licitação das terras públicas foram a Conisa Ltda, com 400 mil ha; Rendanyl Empreendimentos, com um milhão de hectares; João Carlos de Sousa Meirelles, com 200 mil ha e a Indeco S.A com outros 400 mil hectares.

garimpeiros, criou Postos Indígenas. Mas os recém-contatados Cinta Larga já haviam visitado estes garimpos e recebido muitas mercadorias dos garimpeiros.

Em 1984 a Prefeitura de Aripuanã deu início a abertura de uma estrada que ligaria aquela cidade aos condomínios formados pelas agropecuárias estabelecidas no rio Guariba em meados dos anos 1970 (fazendas Atacadão e Muiraquitã entre outras), atravessando a Terra Indígena Aripuanã, então em processo de reconhecimento pela Funai. Foi por esta estrada que as madeiras passariam a atuar naquela TI e, posteriormente, na TI Arara do Rio Branco, que também é corta por ela, em menor extensão. Esta estrada é aquela que descrevemos como, em parte, mantida por particulares e que passa por Conselvan e atinge Espigão D'Oeste, em Rondônia.

Os benefícios destes projetos não chegaram aos Cinta Larga – ao contrário, só lhes trouxeram conflitos, aborrecimentos de toda espécie e, claro, o acesso às bugigangas ocidentais.

b. A PCH de Juína

A construção desta usina teve início em 1983, quando a TI Serra Morena se encontrava em processo de reconhecimento junto a Funai e Ministério do Interior. A empresa responsável pela obra, a Centrais Elétricas do Mato Grosso S.A (CEMAT) não havia solicitado a devida autorização federal ou consultado a Funai no que diz respeito a presença indígena nas proximidades da obra ou ao processo de reconhecimento da terra indígena. Não houve tampouco qualquer estudo técnico prévio que justificasse o local da usina, a não ser a “proximidade com o núcleo urbano do projeto Juína”. Os índios começaram então a freqüentar o canteiro de obras – e os chefes ficaram sabendo de casos de abuso sexual de jovens índias por parte dos peões. Solicitaram então ao encarregado a vinda da Funai e do governo do mato Grosso para conversarem. Nada aconteceu e as obras prosseguiram, ilegalmente porque não havia autorização, mediante decreto, do Presidente da República, conforme estabelecia o artigo nº 20 da Lei 6.001 (o Estatuto do Índio).

Em fins de 1984 os índios Cinta Larga invadiram o canteiro e paralisaram a obra, armados com arcos e flechas. Os peões, apavorados, se retiraram para a cidade. O então chefe do Parque Indígena do Aripuanã vai ao local e consegue marcar uma reunião em Cuiabá, com os índios presentes. O lago da usina tomaria cerca de 300 hectares das terras indígenas, submergindo castanheiras, seringueiras e outras espécies de uso dos Cinta Larga, além de inundar sítios e cemitérios de antigas aldeias.

O líder Cinta Larga local (“Lampião” já falecido), orientado pelo então chefe do PQARI, exigiu como indenização a eletrificação da aldeia mais próxima, a construção de uma estrada ligando a aldeia, a usina e Juína, a compra de um caminhão, uma toyota, um trator, voadeiras e motores de popa, motos serras e ainda a construção da casa sede do Posto da Funai, uma escola e uma enfermaria, todos dotados de instalações hidráulicas (!). A Cemat cumpriria apenas parte desta lista, com a construção do ramal ligando a usina ao PIA Serra Morena, a compra da toyota e compra de alimentos por um pequeno período.

Como observou a antropóloga Carmem Junqueira (que havia participado da reunião em Cuiabá, a pedido da presidência da Funai), “(...) *a própria Funai deve ter participado da elaboração (da lista de pedidos dos índios), dado que seria pouco provável que os índios pedissem a construção de casa sede, escola e enfermaria (...). Sem dúvida alguma, perdeu-se uma boa oportunidade para ensinar os Cinta Larga a defender a integridade do seu território e entender quer muitas vezes as soluções imediatas, aparentemente satisfatórias e oportunas, podem ser extremamente lesivas aos interesses do patrimônio do grupo (...). De fato os índios não se importam com a presença da usina, desde que seus pedidos sejam atendidos (...) o que coloca a Funai a reboque dos acontecimentos. Tivesse ela agido contra a construção; tivesse providenciado o escoamento da produção indígena (de castanha) de modo regular, dificilmente os Cinta Larga fariam acordo com a Cemat*” (in processo Funai 1595/84, fls 140-144).

Em 1994 foi estabelecido, por força de um termo de ajuste de conduta do Ministério Público Federal de Cuiabá, um novo protocolo entre os Cinta Larga e a Cemat onde se estabeleceu que esta empresa repassaria para a Associação Cinta Larga de Juína quatro mil reais a título de “royalties”, descontada a energia consumida na aldeia dita da Usina e na própria associação. Os índios hoje querem rever este acordo, porque alegam que a empresa desde então aumentou os preços da energia em mais de 200%; querem reajuste no acordo perto dos mesmos percentuais. Em junho de 2002, os índios “invadiram” a usina para forçar esta nova negociação e o MPF de Cuiabá acabou intermediando o possível conflito, ficando de preparar um novo termo de ajuste de conduta entre as partes, mas até hoje isso não se efetivou. O Governador quando esteve recentemente em Juína “garantiu” que iria intervir junto à empresa (já privatizada) para solucionar o impasse. Também prometeu puxar a linha de energia para a aldeia Rio seco.

Em maio do corrente ano de 2004 houve o rompimento de uma parte da barragem desta PCH (em um dos segmentos de concreto dos vertedouros), causando um enchente inesperada na área indígena e na região. Segundo informações do chefe do PIN Serra Morena, nada porém muito significativo, ficando o nível d'água abaixo da enchente natural do “inverno” passado. Mas assustou os índios da aldeia da Usina.

Para fazer o reparo necessário, a Rede-Cemat utilizou (sem autorização da Funai, ao que tudo indica e segundo o chefe do posto) uma área dentro da TI para tirar cascalho para construir um aterro de serviço ao pé da barragem, para dar acesso aos caminhões e máquinas ao local do vazamento, desviando a água do rio. Além desta flagrante infração, este aterro não foi retirado por máquinas depois de finalizado o reparo, de sorte que as águas do rio, em trecho de mais ou menos 10 km, têm ficado permanentemente barrentas, impossibilitando a pesca – outra reclamação que ouvimos dos índios da aldeia da Usina. Estes fatos, até aonde pudemos apurar, não foram levados ao conhecimento da Funai-Brasília ou do Ministério Público Federal.

c. Os Planos de Manejo (in)Sustentáveis do Ibama

Este tópico é necessário face aos absurdos verificados nas Terras Indígenas Aripuanã e Arara – por nós ou por funcionários da Eletronorte que passaram pela região – no tocante a exploração madeireira nestas TIs e a indiferença do Ibama para com o problema (sobre a omissão da Funai já explicamos o porquê ela se dá).

Em trabalho ainda inédito e solicitado pela Coordenação Geral de Gestão dos recursos Florestais do Ibama-Brasília, a indigenista Maria Inês Hargreaves levantou informações nas gerências do Ibama (GEREX) de Juína (que abarca administrativamente o município de Aripuanã) sobre as autorizações concedidas por aquela gerência para a execução de Planos de Manejo Florestal (PMFs), “porventura incidentes em terras indígenas ou em seu entorno”¹¹. De cara o estudo revelou que “*somente na região (de abrangência do trabalho, ou seja a GEREX de Juína) 219 PMFs, ou 43,19% do total de 507 PMFs de MT, não são sequer localizáveis pelo órgão que autorizou o PMF, expediu o ATPFS (autorização de transporte de produto florestal) e permitiu a exploração de recursos naturais. Na maioria dos casos que tentamos plotar, esses PMFs são incidentes fora do Brasil e em outros continentes*”.

¹¹ Isto porque a Resolução 013 do CONAMA estabelece que toda atividade que se pretenda realizar com algum impacto ambiental em até 10 km de áreas protegidas (dentre as quais se incluem as terras indígenas) deve ser precedida de pedido de licença e do competente EIA-RIMA.

Os dados apresentados por Hargreaves foram colhidos no próprio sistema de informações do Ibama (SISPROF) e cruzados com as coordenadas das terras indígenas e unidades de conservação. Deste cruzamento aferiu “a existência de 89 PMFs incidentes no interior e entorno de TIs e UCs (...) 19 (dos quais) incidem no interior de TIs e outros 70 PMFs incidem no entorno de TIs e UCs sem que conste o devido licenciamento ambiental específico, conforme preconiza a Resolução CONAMA n° 013/90”. Um resumo da situação encontrada pelo estudo é apresentado na tabela abaixo.

SITUAÇÃO DOS PMFs DA GEREX JUÍNA/MT INCIDENTES NO INTERIOR E ENTORNO DE TIs E UCs			
SITUAÇÃO ATUAL	TOTAL DE PMFs	PMFs GEOREFERENCIADOS INCIDENTES SOBRE TIs e UCs	PMFs COORDENADAS IRREGULARES
APTOS	67	11	5
INDEFERIDOS	3		10
CANCELADOS	3	1	27
SUSPENSOS	22	4	7
ANALISE COM PENDENCIA	145	25	25
MANUTENÇÃO	3	2	1
CADASTRO INICIAL	2	1	
ANALISE	8	5	29
SEM DADOS SOBRE A SITUAÇÃO	35	4	115
TOTAL	288	53	219

- ✓ 11 PMFs, ou 20,75% dos 53 PMFs incidentes da GEREX Juína estão na condição de “**aptos**” e incidem no interior e ou no entorno de TI’s e UC’s .
- ✓ Só 01 PMF, ou 1,88% dos 53 PMFs incidentes foi **cancelado** pelo Ibama até novembro/03.
- ✓ 04 PMFs ,ou 7,54% dos 53 PMFs incidentes foram **suspensos** mas ainda não foram cancelados definitivamente.
- ✓ 25 PMFs ,ou 47,16% dos 53 PMFs incidentes se encontram sob **análise com pendências**.
- ✓ 2 PMFs, ou 3,77% dos 53 PMFs incidentes estão na condição “**sob manutenção**” .
- ✓ 1 PMFs, ou 1,88% dos 53 PMFs incidentes estão na condição de **cadastro inicial** .
- ✓ 5 PMFs, ou 9,43% dos 53 PMFs incidentes estão sendo **analisados**.
- ✓ 4 PMFs, ou 7,54% dos 53 PMFs incidentes estão **sem dados sobre a situação**.

Afora os PMFs incidentes irregularmente nas Terras Indígenas Aripuanã, Serra Morena e Arara parece evidente que os 219 PMFs “não identificáveis” podem estar servindo para “legalizar” o saque de recursos naturais naquelas terras indígenas – e somente isso poderia explicar a passividade do Ibama para com o sem número de caminhões *toreros* que operam a luz do dia nas estradas de acesso as TIs mencionadas.

Em entrevista com o chefe do núcleo do Ibama de Aripuanã, ele reconheceu que isto de fato ocorre, mas que o “problema é da Funai não meu” – o que, no mínimo, representa um flagrante desconhecimento da legislação vigente por quem deveria aplicá-la. O fato é que o estudo acima mencionado aponta, com dados precisos e concretos, o comprometimento de funcionários do Ibama local com a exploração ilegal de recursos madeireiros nas terras indígenas.

A esse propósito, em uma operação realizada em 2002 a pedido do Ministério Público Federal de Cuiabá, o Ibama e a Polícia Federal apreenderam, com a fundamental colaboração dos índios, cerca de 6 mil metros cúbicos de toras saídas ilegalmente das TIs Serra Morena e Parque do Aripuanã. Os responsáveis pelo furto foram multados e o Ministério Público permitiu, *ex officio*, o leilão de dois mil metros cúbicos que beneficiaria, mediante projetos, os Cinta Larga daquelas TIs. Até a presente data este leilão não foi realizado e parte da madeira já está estragada. Recentemente os índios pediram ao Ibama que lhes fornecesse algumas toras para serem processadas para aproveitarem na construção de novas residências. O pedido foi negado.

1.2 Terra Indígena Arara do Rio Branco (Povo Indígena Arara)

2.1 Dados Gerais

Os índios chamados de “Arara”¹² pela população regional foram assim denominados por usarem outrora uma pena de arara vermelha nos lóbulos das orelhas e no lábio inferior. Falam uma língua do tronco Tupi, provavelmente da família *Kawahib*, já que “entendem muito pouco a língua dos Cinta Larga” (família Tupi-Mondé). Somente os mais velhos (na verdade, três pessoas) fazem hoje uso daquela língua, a comunicação cotidiana dos demais integrantes do grupo sendo feita em português.

Antes da equipe do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, ligado à igreja católica) haver “redescoberto” este grupo, eles eram conhecidos como “Arara do Beiradão” – porque de fato viviam como seringueiros nos “beiradões” dos cursos médio e baixo Aripuanã.

As indicações das fontes históricas, e confirmadas por relatos dos mais velhos destes índios, apontam o território original dos assim chamados “Araras” a região compreendida entre o igarapé do Lontra e o médio rio Branco, todos afluentes da margem esquerda do rio Aripuanã, com aldeias antigas localizadas nas proximidades do salto Dardanelos. Há notícias que realizam expedições de caça e coleta na margem direita deste rio, onde entraram em conflito com os “Orelha de Pau” (*Erikbatsá*). Relatos orais dos mais velhos contam ainda de conflitos havidos no passado com os Cinta Larga e os “Cabeça Seca” (Zoró), grupos com os quais disputavam territórios de caça, pesca e coleta. Com a penetração desta região pelas frentes extrativistas da borracha, na década de 1920, estes índios se dispersaram em dois grupos, um seguindo para o rio Branco e um outro para o alto Guariba, ainda na bacia do Aripuanã.

Sua população atual, já bastante miscigenada por força dos casamentos interétnicos, efetuados no passado e no presente, soma 273 pessoas distribuídas por 11 assentamentos na Terra Indígena “Arara do Rio Branco”, cuja área é de 114.842 hectares.

2.2 História do contato

¹² Para não haver confusão, já que existem outros grupos na Amazônia com essa denominação (em Rondônia e no Pará), é que a Funai trata-os como “Arara do Rio Branco”.

“Desde 1923 nunca mais se fez nada de sólido pela catequese dos índios do Alto Aripuanã. Naquele ano, certo Olegário Vela encontrava-se extraindo caucho no Alto Rio Branco, afluente da margem esquerda do rio Aripuanã, quando foi preso numa cilada, por certa maloca de índios. Percebendo, entretanto, as intenções pacíficas dos raptos, deixou-se conduzir até a maloca. Permaneceu no meio deles a coisa de um mês, até convencê-los a acompanhá-lo à colocação para trabalharem na extração do caucho e, posteriormente, da borracha” (Vitor Hugo, Desbravadores; 1959: 121).

Como os demais grupos Kawahib (e tupi-guarani da Amazônia), os Arara eram de índole pacífica, se comparados aos Cinta Larga e Zoró, por exemplo. E, ao que tudo indica, foi justamente para escapar da perseguição que estes grupos lhes faziam que começaram a procurar o contato com os seringueiros que, a partir da década de 1920, começariam a penetrar no alto Aripuanã. O “concessionário” dos seringais do Aripuanã situados entre o salto Dardanelos e a cachoeira de Sumaúma era o peruano Alexandre Lopes. Um dos seus barracões estava situado no igarapé Veadinho e era gerenciado por Olegário Vela, alcunhado pelos índios de “Delegado”; um outro se localizava na cachoeira Palmeirinha e cujo gerente era um tal Don Geraldo. Os trabalhadores destes seringais eram famílias vindas da Bolívia, Peru, do Ceará e do Amazonas e exerciam a coleta do caucho, da seringa, da castanha, balata e copaíba em troca de mercadorias de aviamento – no regime típico do “barracão”. Os índios passaram a observar o trabalho destes seringueiros, deixando nítidos sinais da sua presença, quando entraram em contato com “Delegado” – que os teria convencido a abandonarem suas malocas e se juntarem a ele na beira do Rio Branco. A partir daí, começaram a trabalhar na seringa, ensinados pelo “patrão”, em troca de ferramentas e roupas (Santos, Vera Lopes, *in*: Processo Funai 781/86, fls 64).

A antropóloga citada – coordenadora do Grupo Técnico da Funai que, em 1987, realizou os estudos de identificação da terra indígena destes índios – manteve na ocasião contato pessoal com uma senhora (Dona Abigail) que lhe contou que residia com seu pai em uma colocação no rio Branco, e foi testemunha do contato dos Arara. Estes índios moravam então (por volta de 1928) em duas malocas próximas ao igarapé Poraquê,

afluente da margem esquerda do Aripuanã e usavam, além das penas de arara na orelha e no lábio inferior, uma tanga de algodão (*xiripá*, entre os tupi-guarani). Segundo Dona Abigail, compunham cerca de 10 famílias.

“Quando Olegário Vela, que apadrinhara os índios emprestando-lhes seu nome, morreu de febre no início dos anos 1940, sua esposa Ema, também peruana, casou-se com Don Geraldo (...) e juntos passaram a tomar conta do barracão de Olegário Vela. Alexandre Lopes veio a falecer um ano depois de Olegário, suicidando-se em Manaus. Sua mulher Valentina, também peruana, casou-se então com Don Raul, gerente de Alexandre Lopes em Sumaúma, e passaram a ser os donos dos seringais (do Aripuanã). Em meados da década de 1950, Valentina partiu para Manaus levando consigo três famílias de índios Arara, quando do falecimento de seu segundo marido (Raul del Aguila). No final da mesma década houve uma epidemia de varicela entre os índios Arara, dizimando grande parte do grupo. Todos os que faleceram nesta ocasião também foram enterrados em um cemitério na margem direita do rio Branco, altura do igarapé Veadinho, próximo ao barracão de Olegário Vela. Tivemos a oportunidade de visitar o cemitério e ainda pudemos observar os esteios do antigo barracão, feitos de intaúba” (Santos, idem: fls 65-66).

O herdeiro de Valentina, Raul, vendeu os seringais no início dos anos 1960 para um tal Pedro Correa. Mas por essa época já era grave a crise da borracha devido à queda crescente, há pelo menos uma década, do preço daquele produto. Pedro Correa não conseguia manter os barracões e seus trabalhadores, índios e brancos, começaram a fugir ou vender a produção para marreteiros. Algumas famílias Arara do rio Branco já haviam sido levadas para Sumaúma por D.Raul Del Aguila, dispersando o grupo. Nos anos 1970, a maioria das famílias Arara estava entregue à própria sorte nos beiradões do Aripuanã.

Os Arara do alto Guariba, segundo os relatos dos índios colhidos por Vera Santos, haviam feito contato com seringueiros antes do que os do rio Branco e sua população era bem maior do que estes. Suas malocas localizavam no igarapé do Moacir, no rio Novo – ambos afluentes da margem direita do Guariba. Viviam em choque com os Cinta Larga que atacavam suas malocas. Trabalharam depois de “contatarem” os seringueiros do Guariba para o seringalista Don Antonio Aleixo (anos 1930 a 1950) em colocações

situadas entre o igarapé Poção e a corredeira das Toalhas. O chefe dos Arara nesta época era conhecido como “capitão” Caetano. Com a morte deste, nos anos 1960 e a decadência dos seringais, os índios se dispersaram por vários locais ao longo da bacia do Aripuanã, extraindo borracha, castanha e copaíba que trocavam por mercadorias com os marreteiros que comerciavam pelo Aripuanã.

Os remanescentes dos assim denominados *Arara*, tanto do Guariba quanto os do rio Branco, já eram considerados há anos – e se auto-reconheciam – como “caboclos” ou “índios civilizados” – sobretudo quando a população regional os comparava com os Cinta Larga ou Zoró, estes “ainda puros” ou “bravos”. Os seringueiros que chegaram à região do Aripuanã no segundo *boom* da borracha (1942-1947), desposaram mulheres Arara – cedidas pelos pais porque assim poderiam “ter uma condição melhor”. E muitos dos remanescentes viram nos casamentos interétnicos com “brancos” a única saída para a sua sobrevivência, livre dos preconceitos e da discriminação que sua condição de índio impunha no contexto do barracão.

“Esconder” ou disfarçar a origem indígena era, para os descendentes dos Arara, uma condição de sobrevivência:

“A índia Arara do Guariba mais velha, Maria Chapuri, recusou-se a falar do passado e inclusive não assume claramente sua ascendência (indígena). O pai de Maria foi morto por índios Cinta Larga e, após as peregrinações de sua família pelas colocações do Guariba e Aripuanã, hoje vive na cidade de Aripuanã, em condições precárias. Todos os seus parentes afirmam que ela ainda fala a língua e tem a memória mais viva do passado do seu povo” (Santos, idem: fls 71).

A situação das famílias remanescentes do Arara visitadas por Vera Santos em 1987 era a seguinte:

“A população Arara está dispersa em colocações habitadas por famílias nucleares que se visitam quando é possível, não havendo nenhum elo entre estas em função de um determinado evento social relacionado com sua organização social de origem. Consideram-se ‘caboclos’, parentes entre si, descendentes da tribo Arara (...).

Cada colocação (...) tem geralmente mais de uma estrada de seringa (picada aberta na mata para atingir um certo número de seringueiras). A maioria das famílias Arara ocupa neste trabalho todos os membros da

família (...) As mulheres participam do trabalho do corte de seringa, existindo em algumas colocações estradas só por elas trabalhadas, além de cuidarem da casa, das crianças e das roças. Além dos produtos que extraem da floresta. Ainda fazem farinha para consumo e para venda. (Santos, idem: fls 75-76).

No seu trabalho de 1987, Vera Santos identificou e recenseou 21 famílias Arara na bacia do Aripuanã (160 pessoas, incluindo os “brancos” com quem estavam casados – vide anexo 03), tendo visitado pessoalmente a maioria delas. Daquele total de famílias, apenas 07 moravam fora das colocações, nas periferias de Aripuanã (quatro), Ariquemes (uma) e Manaus (duas). Por ocasião da passagem do GT da Funai por Aripuanã, muitas das famílias que ainda trabalhavam em colocações situadas nos rios Guariba, Branco e Aripuanã eram constantemente ameaçadas por proprietários recentes dos antigos seringais para deixarem suas habitações.

2.3 O processo de demarcação e a situação atual da TI Arara do Rio Branco

A finalidade do GT da Funai de 1987 era a de identificar uma área que correspondesse, tanto quanto possível e dado o contexto fundiário da região na época, ao território original dos Arara, do rio Branco e do Guariba. A proposta apresentada pela antropóloga Vera Lopes dos Santos foi a seguinte (idem: fls 106):

- 1. Da boca do igarapé Rio Branco, afluente da margem esquerda do rio Aripuanã, seguindo-se no sentido jusante acompanhando a margem esquerda do rio Aripuanã até a boca do igarapé Caniço, margem esquerda do Aripuanã;*
- 2. Da boca do igarapé Caniço, seguindo no sentido montante (deste igarapé) acompanhando a margem direita do mesmo até suas cabeceiras;*
- 3. Das cabeceiras do igarapé Caniço, partindo uma linha seca até a boca do Rio Novo, afluente da margem direita do rio Guariba;*
- 4. Da foz do Rio Novo seguindo sentido montante pela margem direita do rio Guariba até encontrar a foz do igarapé do Moacir;*
- 5. Da foz do igarapé do Moacir até o encontro do mesmo com o picadão existente no Paralelo 10° (divisa com a Área Indígena Aripuanã);*

6. *Seguindo por este picadão até o Rio Branco, altura da cachoeira da Palmeirinha;*
7. *Partindo do Rio Branco, altura do paralelo 10º, em linha seca, da margem direita do Rio Branco até encontrar a sua foz no Aripuanã.*

A antropóloga acrescenta que, “em toda a extensão da área proposta, o único trecho em que há presença de não-índios é no que corresponde ao item 4 da descrição acima, onde existem três colocações de seringueiros”. Ressalta a referida antropóloga que a área proposta encontrava-se desabitada pelos Arara, mas ocupada possivelmente por índios *isolados* (chamados pela Funai de “Baixinhos”) – e tal circunstância é que levou a mesma a solicitar a “interdição”¹³ da área proposta. Esta área, com aproximadamente 242 mil hectares, foi interdita por portaria do Presidente da Funai em 1987.

Porém, não terminaria aí a epopéia dos Arara para voltarem para suas terras; ao contrário, a partir da interdição, começaria uma verdadeira guerra dos grileiros contra os índios, comandada principalmente por Marinho Brandão (grileiro com uma posse na fazenda Bom Sucesso e suposto “proprietário” de uma gleba de cerca de 800 mil hectares em ambas as margens do Aripuanã, a partir do paralelo 10º), “Joaquinzão”, posseiro da boca do rio Branco e Luiz Almeida. Estes pretensos proprietários contrataram jagunços para impedirem a entrada dos índios na área interdita, instalando ainda porteiros com cadeados e ameaçando o pessoal da Funai que tentasse entrar na área. A prefeitura de Aripuanã ficou do lado dos pretensos proprietários, utilizando-se de pressões políticas sobre o Governo do MT para que, por sua vez, influísse junto ao poderes executivo e legislativo em Brasília para que a Funai revisse sua posição.

De fato, em 1987, com Romero Jucá à frente do órgão, a Funai determinaria a um funcionário (sociólogo) para realizar “estudos complementares” àqueles realizados pela antropóloga Vera Lopes dos Santos. Todos os documentos produzidos por aquele funcionário tiveram por objetivo descaracterizar a posse indígena e, mais, a própria condição “indígena” dos Arara. Em reunião havida em Aripuanã com os descendentes

¹³ Essa medida é baixada pelo presidente da Funai (ou pelo Ministro a quem este presidente se vincula hierarquicamente) sempre que verificada a possibilidade de grave ameaça física aos índios ou qualquer outra situação de urgência tendo por finalidade resguardar os direitos territoriais indígenas. É uma medida de caráter provisório, para que a Funai possa desenvolver estudos complementares para delimitar a área em caráter definitivo. Hoje esta medida só é usada no caso de descoberta de grupos indígenas ditos “isolados”.

dos Arara que ali residiam, ameaçou-os dizendo-lhes que não levaria o processo adiante se não concordassem com a redução da área interditada.

A portaria declaratória da posse indígena seria baixada pelo Ministro da Justiça (Maurício Correa) em novembro de 1992, cinco anos depois da sua interdição, com uma área de 122 mil apenas. Toda a área interditada da margem direita do rio Guariba foi deixada de fora, depois de negociações envolvendo a Funai, o Governo do Mato Grosso e os índios.

A área declarada foi afinal demarcada fisicamente em 1995, mas ao invés dos 122 mil hectares declarados, encontrou 114.842 ha, área esta homologada pelo presidente da república em 24/12/1997. Encontra-se registrada no Serviço do Patrimônio da União sob o número 011/98.

2.4 População atual

A população atual dos Arara, segundo dados da Funasa (Casa de Saúde Indígena – Casai – de Aripuanã) é de 232 pessoas, 51 das quais constam nos registros daquele órgão como domiciliados na área urbana de Aripuanã. Segundo os dados obtidos naquela unidade da Funasa, foram registrados 145 nascimentos entre 1992 e 2004 (setembro).

Outra informação importante fornecida por uma funcionária da Casai de Aripuanã, ela mesma descendente Arara, é a de que está sendo criada uma nova aldeia, chamada Boa Esperança, na margem esquerda do rio Branco, por famílias vindas do “beiradão” do Aripuanã do Estado do Amazonas. Como veremos, este afluxo de pessoas de fora, autoproclamadas indígenas, é a principal fonte de conflitos internos no grupo.

A Funasa trabalha com um universo de oito assentamentos dentro da Terra Indígena Arara do Rio Branco (excetuando o novo núcleo de Boa Esperança), enquanto que para a Funai são 11 os assentamentos atuais.

2.5 Subsistência e renda

Como uma população constituída basicamente por ex-seringueiros, a maioria da dos descendentes dos Arara que residem na TI Arara do Rio Branco tem no extrativismo e na produção de suas roças as fontes principais de renda e alimentação. Plantam mandioca, milho (híbrido), feijão, arroz, abóbora e banana. Os excedentes das roças,

sobretudo farinha, assim como os produtos das atividades extrativistas, são comercializados em Aripuanã.

A pesca é ainda abundante no rio Branco e, apesar da concorrência de pescadores clandestinos, é também fonte de renda importante do grupo. Caçam apenas para sua própria alimentação, mas em pequena escala se comparada com a atividade de pesca. As aposentadorias do INSS (cerca de 25) complementam a renda de algumas famílias.

Muitos jovens têm emprego fixo em Aripuanã ou nas fazendas da região. Apesar de manterem vínculos com os “parentes” residentes na Terra Indígena, residem na cidade e não pensam em residir nas aldeias, segundo alguns que entrevistamos, “porque ali tem muita conversa e fofoca”.

A questão da venda de madeira na TI Arara do Rio Branco é nebulosa, envolvida em uma nuvem de mistério, com todos acusando a todos sobre quem vende e para quem. De concreto, o que se sabe, oficialmente, é que a TI Arara do Rio Branco é alvo de exploração madeireira desde antes de seu reconhecimento como de “posse permanente indígena” – prosseguindo depois disso, pelas mesmas empresas¹⁴. Já houve várias apreensões de madeira retirada ilegalmente da área, como ou sem participação de residentes, por parte do Ibama e Polícia Federal.

Segundo informações de alguns depoentes indígenas, os Arara teriam dividido a área e cada família, “dona” de certa zona da Terra Indígena, disporia dos recursos da área a seu modo e critério – quadro confirmado pelo chefe do núcleo da Funai em Juína. A exploração da madeira, por exemplo, ficaria por essa norma a critério das famílias. Outra aplicação prática da norma, na geração de renda, é a cobrança do “pedágio” na estrada que liga Aripuanã a Conselvam (e daí a Espigão D’Oeste) e que corta a TI Arara: as famílias que residem nas aldeias Volta Grande e Ponte Nova revezam-se a cada dez dias no local da cobrança, ficando para si a renda gerada neste período. Aquela estrada municipal corta a TI na zona de “propriedade” das aldeias mencionadas, e por isso são elas que detêm o monopólio do “pedágio”. Esta norma também é aplicada na exploração da madeira, o que, como veremos, é fonte permanente de acusações mútuas em os grupos familiares e de instabilidade política permanente, que chega até a motivar agressões físicas e ameaças de morte.

¹⁴ “Nos últimos meses (na TI Arara), equipes da Funai de MT e RO estão realizando diligências no local para evitar confronto entre índios e madeireiros (...) Os problemas de invasão e retirada de madeira e posse da terra são constantes. A polícia já sabe que o líder dos invasores da área chama-se Luiz de Almeida. As principais frentes clandestinas de extração de madeira situam-se nos limites leste e oeste” (*A Gazeta de Cuiabá*, em 28/07/1997).

2.5 Assistência

A Funai mantém um Posto Indígena na área Arara. O chefe deste PIN é o único funcionário daquele órgão na área. O atual, indicado pelo chefe do núcleo da Funai em Juína, é alvo de críticas contundentes da parte das famílias mais tradicionais, concentradas nas aldeias Volta Grande e Ponte Nova, inclusive pela “cacique” Anita, chefe oficial dos Arara do Rio Branco.

a. Saúde

Antes do reconhecimento (ou “registro” como dizem os índios) pela Funai, quando ainda se encontravam dispersos pelos seringais do Aripuanã e vilas circundantes, a situação de saúde dos remanescentes Arara contatados pelo CIMI e Funai era extremamente precária, com altos índices de tuberculose entre a população recenseada em 1983-1984. A assistência à saúde era uma das principais reivindicações, junto, é claro, com o reconhecimento da Terra Indígena.

Hoje, pelos dados da Funasa, a situação é completamente diversa, haja vista o expressivo número de nascimentos registrado nos últimos 12 anos. As condições de saneamento das aldeias e unidades familiares da área são adequadas a uma população cujos padrões de higiene em nada se diferenciam daqueles da população rural da região.

Existem dois postos de saúde nos assentamentos principais da TI Arara (Volta Grande e Laginho) – mas, ao exemplo da situação Cinta Larga – desde o fim do convênio Funasa-Paca não existem profissionais atuando na área, apenas os Agentes Indígenas de Saúde (AIS). Segundo a técnica responsável pela Casai em Aripuanã, o rendimento dos AIS Arara é superior aos Cinta Larga devido o maior grau de alfabetização daqueles frente a estes.

As principais enfermidades que hoje ocorrem dentre a população Arara residente na TI são as diarreias, bronquites, pneumonias, e doenças da pele.

b. Educação

A exemplo das escolas da TI Cinta Larga, entre os Arara se estuda na aldeia apenas até a 4ª série do ciclo básico. Como se adaptam melhor (em função da longa convivência com o “mundo dos brancos”) à situação urbana, tal fato não se apresenta como um problema para os jovens Arara – que inclusive vêm na escola um estágio necessário e fundamental para sua afirmação perante os “brancos” e como fonte de

ascensão social. Uma prova destes fatos é que a população escolar Arara nas cidades (Aripuanã em primeiro lugar, óbvio) é maior do que nas aldeias.

2.6 Situação política

A história dos Arara, que expusemos acima em seus momentos cruciais, é, como tantas outras, de um povo que dispersou-se por força das pressões externas (o sistema de barracão) e que, em função de uma realidade socioeconômica impositiva, as famílias remanescente tiveram que buscar na ocultação da sua identidade indígena e nos casamentos interétnicos, praticamente a única via para as suas sobrevivências. Discriminados e inseridos nas camadas mais pobres da sociedade regional, há muito tempo já haviam perdido qualquer coisa como uma vida organização segundo os padrões sociais e culturais de uma vida especificamente Arara para assumirem, desde o exterior, uma identidade genérica de “caboclos” ou “índios mansos” ou ainda “aculturados”.

O ressurgimento, um tanto que artificial, da identidade *Arara* devolveu-lhes algo da dignidade perdida e uma autonomia política apenas relativa – e uma gama enorme de problemas políticos novos para administrarem. *Relativa* porque o quadro de referência mudou e o novo “patrão” passou a ser o funcionário de plantão da Funai local e não mais o gerente do barracão – mas a dependência continuou a mesma. Tratava-se agora, ressurgidos, de produzir uma outra organização social a partir de outros elementos – e que nada, mesmo remotamente, lembrava-lhes a antiga ordem tribal ou indígena.

Com certeza depois que, reconhecida a terra indígena, as famílias que tiveram a coragem de acreditar que poderiam retomar a terra e algo da antiga liberdade (como as de Rodrigues e Deoclécio Vela e os descendentes do chefe Caetano no Guariba) tiveram o poder de definir “*quem era Arara mesmo*”, como que avalizando a condição *Arara* (por descendência paterna ou materna) e, assim, autorizando a habitação na nova terra, agora *indígena*. Mas, como vimos, este processo de re-ocupação não foi rápido; demoraram-se anos, nos quais a necessidade de alianças para “fortalecer o movimento” de certo modo facultou uma rede de relações e compromissos que, depois, não seria possível àquelas famílias (tidas como “originais do lugar”) controlarem. Não é difícil imaginar a intrincada rede de interesses (e intrigas) que tal situação colocou para os Arara *ressurgidos* – e a situação política tensa que permeou, como ainda permeia, as relações internas entre eles. O “loteamento” da área foi, talvez, a saída mais cômoda para esta

situação – mas que não chegou de fato a aliviar por muito tempo a tensão política interna.

A liderança “oficial” – mesmo porque Rodrigo Vela acompanhou o GT da Funai inicial – sempre coube, como ainda hoje permanece, na mão da família Vela (Rodrigo antes e, agora Anita e José Rodrigues). Mas esse controle passava – e passa – necessariamente pela Funai, que é quem autoriza ou não, em última instância, a habitação na Terra Indígena, já que é um funcionário deste órgão que fornece o “registro” indígena e, com isso, certifica a identidade indígena de quem assim lhe parece (menos do que *merece*, segundo apuramos). É evidente o jogo de interesses que esta situação propicia: para qualquer pessoa em situação crítica, do ponto de vista socioeconômico, beneficiar-se da condição de “índio” obtendo o tão desejado “registro” (e o direito a um lote de terras, assistência a saúde e acesso à escola) é uma alternativa muito tentadora - sobretudo para uma população deserdada de tudo o mais, até mesmo da sua “cara”. E é óbvio que os aproveitadores sempre aparecem, ainda mais em uma fronteira frágil do ponto de vista institucional – e desprezada pelos órgãos responsáveis, a Funai principalmente.

A cacique de fato, Ana Anita Arara, conta que depois que começou a entrar na área pessoas que “*se dizem indígenas*” é que a situação da exploração da madeira ficou “sem controle” – e as ameaças físicas contra si e seus familiares se acentuaram. Acusa a Funai de ser conivente com esses invasores, porque, afirma “*está cansada de denunciar e a Funai de Juína não faz nada*” (vide documentos no anexo 03). Segundo ela, ninguém deste órgão aparece há tempos na área para fazer reunião, esclarecer a situação e “*pôr ordem na reserva*”, como diz. Talvez tenha razão, pois, até onde pudemos perceber, ser chefe de posto nos Arara do rio Branco é visto como uma espécie de punição. Se a situação dos Cinta Larga, do ponto de vista do trabalho indigenista, é complexa, a dos Arara é lamentável.

II. Avaliação preliminar dos impactos do empreendimento (AHE de Dardanelos) sobre as TIs Aripuanã, Serra Morena e Arara do Rio Branco

Dado o quadro geral apresentado neste diagnóstico preliminar, pode-se perceber que qualquer empreendimento na região, não importando muito a sua magnitude, potencializará, de algum modo, os problemas atuais dos Cinta Larga e dos Arara. Não é demais repetir que uma obra como o AHE de Dardanelos, apesar de aparentemente pequena (mas com impactos na oferta – e portanto no custo – da energia na região), induzirá outros investimentos no município de Aripuanã – e não importa quanto da energia gerada será ali utilizada. O que importa na verdade são as “oportunidades” que serão induzidas, e sabemos o que isso significa, sobretudo numa “fronteira” por consolidar. Não há mão de obra disponível e o município de Aripuanã, como outros na região, deverá importar mão de obra para o empreendimento. E com ela virão as demandas por novos serviços, por mais estradas, mais asfalto e, no vácuo deste progresso, novos aventureiros. Enfim, é toda uma gama de “novas oportunidades” que se antecipam.

Nossa avaliação preliminar dos impactos que o empreendimento trará para os Cinta Larga das TIs Aripuanã e Serra Morena e para os Arara do Rio Branco, em função das oportunidades que gerará e acima descritas, é a seguinte:

- Incremento significativo de população no município de Aripuanã favorecendo mais derrubadas da vegetação no entorno daquelas TIs e o esgotamento das madeiras comerciais no curto prazo, incrementando a busca destas, por meios ilegais, consentidos ou não, dentro das TIs;
- Incremento significativo da população na cidade de Aripuanã e no distrito de Conselvam, incrementando a pesca e a caça ilegais que já ocorrem dentro das TIs;
- Aumento das empresas mineradoras na região, em função da diminuição do “custo oportunidade” para sua instalação (energia mais barata, mais estradas etc.) e, conseqüentemente, incremento do assédio às jazidas localizadas nas TIs, e também da poluição dos igarapés que servem as aldeias, afetando além disso a oferta de pescado.

III **Recomendações e medidas compensatórias**

Recomendações básicas:

- Que todas as negociações futuras com os Cinta Larga e os Arara, se o empreendimento for de fato viabilizado, sejam conduzidas por pessoal absolutamente capacitado para tanto, ficando a critério exclusivo da Eletronorte essa indicação, ouvida a Funai;
- Que estas negociações sejam feitas em um contexto coletivo, em alguma aldeia e convocados os chefes e lideranças de todas as aldeias das TIs Serra Morena, Aripuanã e Arara do Rio Branco e os representantes legais das associações indígenas Cinta Larga e Arara com as quais aquelas aldeias mantêm vínculo. Deve-se evitar qualquer tipo de negociação individualizada ou pontual e sempre solicitar a presença dos chefes dos postos indígenas da área;
- Se eventualmente houver aporte de recursos (financeiros ou humanos) a projetos ou programas, a título de medida compensatória, preferencialmente tais recursos deverão complementar programa e projetos social e ambientalmente sustentável, em curso ou já discutidos com os índios, com sua execução estabelecida a partir de plano(s) de trabalho que possa(m) ser acompanhado(s) pelas lideranças e representantes da(s) associação(ões) indígenas e funcionário(s) da Funai, este(s) escolhido(s) em comum acordo pelos índios e o empreendedor.

Sugestões de medidas compensatórias:

- Instalar e manter, em convênio com a Funai e a Polícia Florestal do Estado do Mato Grosso, Postos de Vigilância em pontos estratégicos para a proteção das TIs Aripuanã e Serra Morena e que, sem prejuízo de discussões posteriores com os índios e funcionários da Funai, sugerimos: 1) na estrada que dá acesso à aldeia da Usina; 2) na picada da divisa leste daquela TI que leva às aldeias do PIN Furquim; 3) no extremo norte desta picada, na sua confluência com rio Furquim; 4) na confluência da picada do limite Norte com o rio Guariba na TI Aripuanã; 5)

nesta mesma picada em seu cruzamento com a estrada municipal que vai de Aripuanã ao distrito de Conselvam e 6) em dois pontos do rio Guariba, divisa oeste da TI Aripuanã.

- Instalar e manter, em convênio com a Funai e a Polícia Florestal do Estado do Mato Grosso, Postos de Vigilância em pontos estratégicos para a proteção da TI Arara do Rio Branco e que, sem prejuízo de discussões posteriores com os índios e funcionários da Funai, sugerimos: 1) na foz do rio Branco no rio Aripuanã ; 2) na barreira já existente na entrada da TI, na Ponte Nova; 3) no extremo norte da TI, na confluência do igarapé Caniço e o rio Aripuanã; 4) na confluência da picada do limite Norte com o igarapé Caniço e 5) nesta mesma picada, no limite sudoeste, na extrema da linha com o igarapé Tabocas e 6) em dois pontos do rio Guariba, divisa oeste da TI Aripuanã.
- Dar condições logísticas (meios de comunicação e de locomoção) para que as equipes de vigilância e fiscalização dos PIVs possam coibir as atividades não permitidas em até 10 quilômetros no entorno daquelas TIs, fazendo cumprir a Resolução nº 13 do Conama.
- Discutir, e talvez fornecer aporte técnico, com os Estados do Mato Grosso e Rondônia e as prefeituras de Aripuanã e Espigão D'Oeste, a viabilidade do desvio do tráfego da atual estrada que vai de Aripuanã-Conselvam-Guariba-Espigão D'Oeste no trecho em cruza as TIs Arara, Aripuanã e Zoró;
- Patrocinar estudos sobre o impacto das pressões atuais (internas e externas) sobre a avifauna, a mastofauna e a ictiofauna nas TIs afetadas propondo medidas para evitar ou minimizar sua movimentação em função do empreendimento;
- Propor, apoiar e acompanhar, através de consultoria específica, programas de saúde (em convênio com a Funasa e Funai) para a população Cinta Larga e Arara das aldeias das TIs afetadas;
- Propor, apoiar e acompanhar, através de consultoria específica, e em convênio com a SEDUC/MT e a Funai, programas específicos de educação formal e de educação para a conservação dos recursos naturais para a população Cinta Larga e Arara residente nas TIs afetadas;
- Propor, apoiar e acompanhar, através de consultoria específica, e em convênio com a Funai, programas de estímulo à fixação dos jovens Cinta Larga das aldeias situadas nas Terras Indígenas Aripuanã e Serra Morena.

Material bibliográfico consultado

Dal Poz, João – No País dos Cinta Larga, dissertação inédita de mestrado – FFLCH-USP – 1999.

Funai – Processos n°s 4982/78/BSB; 1595/84/BSB e 0781/86/BSB.

Hargreaves, Maria Inês – Levantamento Preliminar da Situação e Incidência (total e parcial) de PMFS em Terras Indígenas e Unidades de Conservação no Noroeste de MT e RO, *mimeo*, inédito – 2003.

Instituto Socioambiental (ISA) – verbete *Cinta Larga*, Enciclopédia dos Povos Indígenas (www.socioambiental.org.br).

Junqueira, Carmem – *Os Cinta Larga*, Revista de Antropologia, volumes 27/28 – USP, 1985.